



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

LARISSA TEODORO DE OLIVEIRA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA CAPITALISTA: OS
COMPROMISSOS ÉTICO-POLÍTICOS EM FACE DOS AFASTAMENTOS E
REINSERÇÕES PROFISSIONAIS**

Rio de Janeiro
2022

LARISSA TEODORO DE OLIVEIRA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA CAPITALISTA: OS
COMPROMISSOS ÉTICO-POLÍTICOS EM FACE DOS AFASTAMENTOS E
REINSERÇÕES PROFISSIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Serviço Social da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de bacharel em
Serviço Social.

Orientador: Genesis de Oliveira

Rio de Janeiro
2022

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo que Ele representa para mim, por ser fiel e me guiar pelos melhores caminhos até aqui.

Ao meu pai, Jose Geraldo, meu companheiro, melhor amigo e maior exemplo. Por seu amor e dedicação incondicional. Sempre presente me apoiando emocionalmente e financeiramente sem medir esforços, fazendo com que esse sonho fosse possível.

À minha mãe, Adriana Teodoro, por todo amor, cuidado e dedicação que dispensou durante toda minha vida. Por sua sinceridade racional que nos momentos mais difíceis, não me deixou desistir pelo caminho.

Aos meus irmãos, Gustavo e Otavio Teodoro, por serem elo do amor que eu recebo todos os dias, que se constituiu em fonte de energia e força durante todo o processo.

À minha supervisora de estágio, Silvana Carla, por dedicar profissionalmente parte de seu tempo para minha formação, por todo conhecimento e atenção que me foi passado. Assim como cada momento de estágio profissional que vivenciei sob sua supervisão.

Agradeço a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial a querida Prof. Rosana Morgado, que me instigou a debates importantes durante suas aulas, contribuindo para a construção desse trabalho. Por ser um exemplo de profissional e educadora.

Por último e muito importante, agradeço ao querido Prof. Genesis Oliveira, por aceitar ser meu orientador e por toda paciência que teve comigo durante o processo, fazendo com que chegássemos juntos até aqui. Não existem palavras para descrever minha gratidão.

Que todos os nossos esforços estejam sempre focados no desafio á impossibilidade. Todas as grandes conquistas humanas vieram daquilo que parecia impossível.

Charles Chaplin

RESUMO

Entender a atuação dos Assistentes Sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais é uma tarefa necessária para a profissão, principalmente por sua natureza interventiva. O objetivo principal desse estudo é analisar os desafios e particularidades do trabalho do assistente social na empresa capitalista no campo dos afastamentos e reinserções profissionais. Essa temática foi escolhida a partir das observações realizadas na experiência de estágio da pesquisadora, que ocorreu durante 2 anos em uma empresa privada na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os questionamentos que motivaram essa pesquisa foram: Qual a atuação do assistente social na empresa pesquisada? Como o assistente social atua frente aos desafios colocados no processo de reinserção profissional e na garantia de direitos dos usuários na empresa? Quais os limites e possibilidades para o Projeto Ético-Político (PEP) na esfera de produção de valor? Dessa forma, utilizamos de pesquisas bibliográficas e da sistematização da experiência de estágio curricular e extracurricular para compreensão do objeto. Com base na pesquisa bibliográfica e na sistematização, pode-se identificar que o trabalho da assistente social ocorre em meio a contradição explícita entre as demandas dos trabalhadores e da valorização do capital, havendo uma tensão, particular, entre o PEP e o trabalho nas empresas capitalistas. A atuação voltada à defesa do compromisso com os interesses da classe trabalhadora desfruta de uma autonomia relativa mais restrita nesse espaço, tensionando o trabalho orientado pelo PEP.

Palavras-chave: Empresa privada, Serviço Social, Reabilitação profissional, Projeto Ético-político.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PEP- Projeto Ético-Político

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS- Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

CEDEPSS- Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

QSMS- Qualidade, Segurança, Meio ambiente e Saúde

DNER- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DNIT- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

CLT- Consolidação das Leis de Trabalho

CNPJ- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

FGTS- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

PIB- Produto Interno Bruto

PCD- Pessoas com Deficiência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CRISE CAPITALISTA, NEOLIBERALISMO E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO	12
1.1. Crise capitalista, reestruturação produtiva e acumulação flexível	12
1.2. Neoliberalismo e desmonte do trabalho: o adoecimento em questão	17
2. AS PARTICULARIDADES DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS CAPITALISTAS	26
2.1 Serviço Social, trabalho e projeto ético-político	26
2.2 O Serviço Social nas empresas capitalistas	32
2.3 O trabalho na empresa: saúde do trabalhador, segurança do trabalho e Serviço Social	36
3. O SERVIÇO SOCIAL NA EMPRESA: AFASTAMENTOS E REINserÇÃO PROFISSIONAL EM DEBATE	38
3.1 Contextualizando a empresa	38
3.2 O trabalho do assistente social na instituição pesquisada: os afastamentos e a reinserção profissional face ao projeto ético-político	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os desafios e particularidades do trabalho do assistente social na empresa capitalista no campo dos afastamentos e reinserções profissionais. Faremos uma análise dos processos de afastamento e reabilitação profissional e sua efetividade na vida dos profissionais reinseridos no mercado de trabalho, analisando os casos ocorridos na empresa em questão.

Observa-se que a produção de conhecimentos acerca do Serviço Social e sua atuação nas empresas privadas é escassa, o que inspira a realização de pesquisas que possam aprofundar esse tema. Considera-se de extrema importância que sejam feitas reflexões da profissão nesses espaços, especialmente se tratando da natureza interventiva da profissão. Finalmente, o interesse pela temática surgiu de um incômodo nutrido durante os dois anos de experiência de estágio em que a pesquisadora vivenciou na empresa em questão, durante os anos de 2019 a 2021. As observações aqui discutidas partem do cotidiano de trabalho do assistente social na empresa, no que diz respeito as atividades requisitadas e sua atuação nesse espaço sócio-ocupacional. É como se na instituição nem sempre tivesse espaço para um profissional comprometido de fato com os interesses da classe trabalhadora, como se nesse espaço os profissionais tivessem que necessariamente ser cooptados pelo capital em detrimento do trabalho, o que gerou uma inquietação e o desejo de investigar a atuação profissional nesse campo.

No primeiro capítulo do presente trabalho apresentamos as transformações ocorridas no capitalismo ao longo das décadas e a forma em que elas impactaram profundamente o mundo do trabalho, como consequências do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. Após um período de intenso crescimento da economia que começou nos anos pós-guerra, os anos de 1970 foram marcados por uma crise econômica que gerou grande estagnação financeira. Sua expressão latente está determinada na crise de acumulação taylorista/fordista, que, na verdade, encontravam características de uma crise mais profunda: a crise estrutural do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2002; ANTUNES, 2010).

Em resposta as dificuldades geradas pelo processo de acumulação nos anos 1980, foram tomadas um conjunto de medidas que juntaram velhas e novas formas de exploração do trabalho, fazendo com que fosse redesenhado todo processo e se iniciado o desmonte aos direitos do trabalhador. Baseado nos ideais neoliberais e

combinados a reestruturação produtiva que ocorre em busca do reestabelecimento do capital, o novo modo de organização do trabalho é baseado na precarização, na flexibilização e no desmonte da proteção social. Acompanhando o deslocamento das atividades produtivas, as políticas neoliberais surgiram em meio a uma condição histórica favorável, que implementava os ideais da elite com a premissa de recuperação da crise capitalista (BOITO, 1999). As políticas neoliberais não afetaram apenas os fatores econômicos, mas também os fatores sociais, impactando sobre as respostas as múltiplas expressões da questão social geridas pelo Estado.

Portanto, esse é o contexto articulado entre o desenvolvimento da reestruturação produtiva, acumulação flexível e aplicação do ideário neoliberal, que irá solapar a classe trabalhadora. O trabalho se transforma perante a exigência de maiores resultados e flexibilizações, exigindo mais do trabalhador, gerando impactos a sua saúde e desproteção social. Portanto, serão analisadas as (contra)reformas trabalhistas e da previdência, que surgiram como medidas de flexibilização da legislação, seguindo o projeto neoliberal; as novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho; além de analisar como essas medidas afetam no processo de adoecimento do trabalhador. Dessa forma, poderemos concluir nesse capítulo que os ideais neoliberais, juntamente com as exigências de reestruturação produtiva, dentro das particularidades de nosso objeto situado no âmbito da empresa privada, afetam principalmente e diretamente o trabalhador, operando mudanças na ordem social e levando ao desmonte do trabalho.

No segundo capítulo do presente trabalho, trataremos das particularidades do Serviço Social e sua inserção no campo das empresas capitalistas. Em primeiro lugar trazemos o surgimento do Serviço Social como uma profissão assalariada, vinculada aos mecanismos de “controle” dos trabalhadores, respondendo as necessidades de um profissional capacitado para lidar com as múltiplas expressões da questão social (NETTO, 1941). No Brasil, a profissão se consolidou a partir de 1930, juntamente com o processo de industrialização que estava em curso, e passou por um grande caminho, que se mantém até hoje na luta contra o conservadorismo da profissão. Isso porque, o exercício profissional do assistente social passa a ser mediado pelos interesses do mercado onde sua mercadoria é sua força de trabalho. Ao responder as múltiplas expressões da questão social como um trabalhador assalariado a profissão

se situa nas contradições entre o capital e o trabalho, respondendo as necessidades do capital e a dos trabalhadores.

Na empresa privada, as atividades do assistente social estão constantemente ligadas ao desempenho e monitoramento do trabalhador, tendo suas requisições profissionais acrescentadas e refuncionalizadas ao longo de todo o processo histórico. Apesar da profissão ter sido inserida originalmente nos anos 40, de acordo com Mota (2010), esses profissionais só passaram a ganhar notoriedade a partir dos anos 60 e 70, durante os avanços da industrialização e o aumento dos movimentos sociais dos trabalhadores.

Com a implementação do neoliberalismo e a reestruturação produtiva, o período era de busca de uma nova dinâmica de acumulação, onde o assistente social passou a ser requisitado para realizar a mediação entre o empregado e o empregador. Dessa forma, o assistente social participa ativamente como trabalhador produtivo na produção da mais-valia e sua autonomia profissional nesse espaço é aviltada, uma vez que a instituição contrata o assistente social com o objetivo de auxiliar no processo de produção da mais-valia.

Após refletirmos sobre o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, juntamente com o surgimento do Serviço Social no Brasil e no cenário específico das empresas privadas, entraremos no terceiro capítulo desse trabalho refletindo sobre os desafios e particularidades do trabalho do assistente social no campo dos afastamentos e reinserções profissionais da empresa em questão. É importante sinalizar ao leitor que optamos por omitir o nome da empresa. Essa decisão tem por objetivo preservar o trabalho da equipe de Serviço Social, uma vez que a empresa faz buscas por seu nome periodicamente na internet.

A metodologia empregada nesse trabalho é de caráter bibliográfico que, segundo Minayo (2012), permite a aproximação do pesquisador com a realidade a qual ele trouxe seus questionamentos, dando a ele a possibilidade de observar como os sujeitos compreendem a realidade em que estão inseridos. Através da sistematização da experiência de estágio¹, nos aproximamos da realidade do trabalho na empresa. A escolha desse tipo de metodologia visa sempre a aproximação do

¹ Compreendemos por sistematização “um esforço crítico, de natureza teórica, sobre a condução da atividade profissional, constituindo-se como um esforço problematizador sobre suas diferentes dimensões em relação às expressões cotidianas da realidade social” (ALMEIDA, 2006, p.4/5)

objeto de pesquisa deste trabalho, visto que não seria possível explanar sobre o papel do assistente social na empresa pesquisada sem antes adentrar no contexto da profissão e do espaço ocupado.

Primeiramente será apresentado no capítulo três a empresa pesquisada, em seguida o trabalho do Serviço Social na empresa, especificando a forma em que ele se orienta. Posteriormente abordaremos as contradições da atuação do assistente social no interior dessa empresa. O estudo deverá apontar os desafios e os alcances do trabalho do assistente social na perspectiva dos afastamentos e reinserção profissional na empresa em questão, através das informações coletadas na literatura estudada e no cotidiano de estágio que a pesquisadora vivenciou na instituição. Para finalizar, abordaremos as medidas e possibilidades postas à profissão dentro desse contexto, para que se possa buscar um enfrentamento crítico e qualificado às demandas do trabalho do assistente social, pautando seu trabalho na direção estratégica construída no interior do PEP.

1. CRISE CAPITALISTA, NEOLIBERALISMO E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

O presente capítulo estabelecerá um breve histórico acerca da dinâmica da sociedade capitalista e sua lógica de expansão ao longo dos anos. Passaremos pelo capitalismo em sua fase industrial, analisando a visão de Keynes, Taylor e Ford, chegando na crise capitalista e o permanente processo de reestruturação do capital, chamado de reestruturação produtiva. Por fim, faremos uma análise do neoliberalismo e do desmonte do trabalho, trazendo particularidades situadas no âmbito da empresa capitalista, levando em consideração as consequências da flexibilização e precarização das relações de trabalho para o processo de adoecimento dos trabalhadores.

1.1 Crise capitalista, reestruturação produtiva e acumulação flexível

No livro *O Capital* (1867), Marx analisa a dinâmica da sociedade capitalista e sua lógica de expansão. Para compreender as origens desse sistema é necessário compreender a articulação de diversos elementos que asseguram a reprodução de sua existência ao longo dos séculos. A expansão do capitalismo em todas as suas fases se baseia em uma lógica de acumulação, onde o objetivo é acumular cada vez mais capital. Neste sentido, temos uma economia baseada na acumulação do capital e na produção de mercadorias.

A generalização da forma mercadoria incide, também, sobre a força de trabalho. Podemos dizer que o capitalismo produziu uma sociedade dividida em duas classes completamente antagônicas: a classe que detém os meios de produção e aquela cujo único bem que possui é sua força de trabalho. Nessa direção, observa-se que a sociedade burguesa implementou um sistema que se reproduz mediante a exploração do trabalho, de forma que a mais-valia seja sempre ampliada. É preciso ter nítido que, para Marx (1867), o capital não se apresenta apenas como forma econômica, mas tem, também, interferência direta na vida social, pois a lógica de acumulação precisa de uma superestrutura que a assegure e legitime.

O capitalismo em sua fase industrial, começou a dar os seus primeiros passos na Revolução Industrial no século XVIII, quando as fábricas passaram a produzir em

maior quantidade e rapidez. Bezerra (2020, p. 2) define a Revolução Industrial como “o processo que levou à substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico (ou artesanal) pelo sistema fabril”. Nesse contexto, o livre mercado passou a ser uma tendência para as nações em processo de industrialização, de acordo com Pereira:

O modelo concorrencial de capitalismo, norteador pela livre organização do mercado, caracterizava-se pela concorrência entre pequenos capitalistas e pela crença de que as relações de produção autorregulavam-se, sem necessidade de intervenção externa. Dessa forma, caberia ao Estado intervir nas áreas que não fossem rentáveis para o capital, viabilizando a infraestrutura necessária para seu desenvolvimento. É nesse contexto que o bem comum deve ser alcançado por intermédio do mercado, isto é, o bem comum é conquistado na medida em que os indivíduos singulares conquistam melhoras em suas vidas. A intervenção do Estado sobre a questão social dá-se, exclusivamente, pelo viés coercitivo. (PEREIRA, 2019, p. 57)

Essa forma de organização da produção e do Estado será amplamente questionada com a crise capitalista de 1929. De acordo com Behring:

Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova Iorque e se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. Com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados (SANDRONI, 1992, p. 151) e se instaura, em paralelo à revolução socialista de 1917, uma forte crise de legitimidade do capitalismo. (BERHING, 2009, p. 7)

Nesse período, várias empresas foram à falência pois não conseguiam vender todo o estoque acumulado dado o cenário de estagnação mundial. Esse cenário leva ao descrédito as teorias de livre organização do mercado, momento em que Keynes vai propor o Estado de Bem-Estar Social.

Na visão de Keynes, o Estado deve ser o responsável por buscar formas de conter o desequilíbrio da economia e por oferecer benefícios sociais aos trabalhadores, tais como: seguro saúde, salário-mínimo, férias remuneradas, entre outros². Promovendo medidas de incentivo e intervenção na economia, o Estado garantiria a ampliação do mercado consumidor e as bases para a produção em massa.

² Esses benefícios tinham como pressuposto o acirramento da luta de classes provocada pelos processos revolucionários que varreram a Europa. A melhora das condições de vida dos trabalhadores não pode ser pensada fora desse contexto.

Com o Estado mantendo a economia equilibrada, o número de pessoas desempregadas foi reduzido através das políticas de pleno emprego, cuja base de sustentação estava no aumento do poder de consumo dos trabalhadores. Temos, portanto, a garantia do emprego, aliada a melhorias salariais e a ampliação dos salários indiretos por meio das políticas sociais. Enquanto o liberalismo sustentava que a economia deveria ser regulada pelo mercado, o Keynesianismo consolidou um Estado forte e amplo, que buscava regular as distorções do mercado controlando as crises cíclicas do capital, ampliando as políticas sociais e garantindo o acesso aos empregos.

As demandas oriundas do processo de monopolização do capital exigiram uma nova forma de intervenção do Estado na economia, observa-se, no âmbito dos países que consolidaram o Estado de Bem-Estar Social, uma ampliação dos gastos com políticas sociais e uma forte ampliação do Estado. De acordo com Pereira:

O Estado deveria assumir o papel de interventor visando estimular a economia na sua fase de depressão através de uma política creditícia, fiscal e de gastos públicos, visando conter a ausência de meios de pagamentos que levaram à uma crise de superprodução. Nos períodos de crescimento o Estado deveria aumentar sua carga tributária visando acumular recursos para pagar as dívidas públicas e investir nos períodos de depressão. (PEREIRA, 2019, p. 60)

Essa tendência colocada pela crise do liberalismo se articulou às ideias de produção em massa de Henry Ford, e o Estado, por sua vez, assumiu um importante papel para assegurar a reprodução ampliada do capital. Já no final do século XIX, Frederick Taylor observou o processo de produção nas indústrias e percebeu que a divisão dos trabalhadores em funções específicas otimizava a produção e a administração das tarefas, pois intensificava o uso da racionalidade e realizava as atividades de produção em um tempo menor. Essas observações passaram a ser implementadas em novo modelo de produção que ficou conhecido como Taylorismo. Seu intuito principal era buscar eficiência máxima para todas as funções, pois cada trabalhador seria responsável por executar apenas uma tarefa, podendo se dedicar completamente a ela e executá-la no menor tempo possível.

Caminhando na direção do controle total do processo de trabalho iniciado por Taylor, Henry Ford, pioneiro da indústria automobilística, implementa um modo de produção que intensifica o processo de controle e exploração da força de trabalho. O principal objetivo do Fordismo é desenvolver o aperfeiçoamento das máquinas,

criando um mecanismo capaz de produzir em grande escala para responder a demanda de consumo em massa. Nesse sentido, sua grande inovação foi a implantação da esteira rolante, que trouxe automatização e intensificação tanto da força de trabalho, quanto do processo produtivo (PINTO, 2013). A esteira surge como uma maneira da gerência controlar o ritmo de trabalho de forma automatizada e intensa, aumentando sua produtividade.

Essa forma de organização do trabalho generalizou as relações de assalariamento, contudo, o controle da gerência e a fragmentação do processo de trabalho acarretou perdas para as potencialidades criativas dos trabalhadores, o que, por sua vez, trouxe uma série de formas de resistência. A resistência dos trabalhadores se expressou no aumento da organização sindical, nas greves gerais e nas lutas por melhores condições de reprodução. Esse processo levou o Fordismo a aumentar os salários em busca de legitimação das novas formas de organização da produção (RIBEIRO, 2016). A aceitação do novo método esteve associada ao aumento do poder de consumo dos trabalhadores, sua contradição se expressa na intensificação e perda de criatividade no âmbito do trabalho. A política salarial também é fundamental para alimentar o crescimento das indústrias e contribuir para o consumo em massa. Contudo, a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores acarretou o abandono da luta revolucionária fruto do aprofundamento das lutas por melhores condições de trabalho dentro do capitalismo (HARVEY, 1993).

Depois do período de expansão provocado pelo keynesianismo/fordismo, os anos de 1970 marcam uma queda brusca no consumo, o que gerou uma superprodução ocasionando a dificuldade de escoamento da produção, abrindo uma onda longa de estagnação (MANDEL, 2008) caracterizada como uma crise estrutural do capitalismo.

Desde início dos anos 70 do século XX, adentramos numa onda longa com tonalidade de estagnação, segundo a concepção mandeliana (Cf. MANDEL, 1982). Um conjunto de determinações marca esta viragem cíclica do capital, incidindo sobre a taxa de lucros, com tendência de estagnação e queda no final dos anos 60, o que será acirrado pela crise do petróleo de 1973/74 e por alterações na esfera financeira, a partir da ruptura dos acordos de Bretton Woods em 1971, especialmente com a imposição do dólar como referência monetária internacional. Desde então o ambiente recessivo se impôs, com breves momentos de recuperação – especialmente no início dos anos 90, quando os EUA pareciam a meca do emprego e a União Soviética entrava em colapso, anunciando-se a restauração capitalista no leste europeu e na China. (BEHRING, 2016, pag. 19)

Como consequência da crise capitalista as taxas de lucro caíram, houve o crescimento de lutas sociais e a moeda americana foi desvalorizada, o que resultou na mudança nas taxas de câmbio de diversas economias. De acordo com Harvey: “O mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e, com poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação” (HARVEY, 1993, p. 136).

Para Mézáros (2002) trata-se de uma crise estrutural que afeta e colapsa as três dimensões fundamentais do ciclo do capital: produção, consumo e circulação. Quando algumas das dimensões é afetada “ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema.” (MÉSZÁRO, 2002, p. 799). É importante apontar que o capitalismo é sempre perpassado por crises cíclicas, mas elas podem ser resolvidas dentro dos limites do próprio capital (as crises de 1929-1933 por exemplo) de modo a retomar o crescimento e reestabelecer o ciclo do capital.

Pode-se dizer, então, que a crise do capital então iniciada não se confunde com as crises cíclicas, pois afeta todo um complexo social, e se estende até os dias atuais. Tal crise surge “devido às contradições presentes na busca pela retomada da taxa de lucro e da necessidade de novas formas de realização e desenvolvimento capitalista, que tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais [...]”. (ALVES, 2019, p. 183). Nas medidas utilizadas para amenizar a crise, o capital busca novas formas de reestabelecer a produção de mais-valia e os altos níveis de produção. Para isso, começa-se um longo processo de reestruturação produtiva.

De acordo com Forti e Marconsin (2012) é importante reportar que o capitalismo passa por reestruturações de sua produção desde a sua implantação, tal reestruturação é a permanente necessidade de resposta do capital para enfrentamento de suas crises, buscando sempre desenvolver novos padrões de consumo e produtos que aumentem a acumulação. Ou seja, as modificações no modo de produção capitalista se dão de forma permanente.

O processo de reestruturação produtiva busca respostas para um novo padrão de produção e consumo, criando uma série de novas experiências na organização industrial. De acordo com Harvey, a acumulação flexível:

“[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho,

dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.” (HARVEY, 1993, p.140)

Essa organização se refere a inovações no cenário geral da produção, que tem o objetivo de atender a consumidores específicos, com a flexibilização da produção e da demanda. Como resposta a reestruturação produtiva, surge um novo padrão de produção alinhado à acumulação flexível: o modelo toyotista. Tal modelo é caracterizado pela polivalência, se no fordismo o processo de trabalho era altamente fragmentado e repetitivo, neste modelo o operário irá controlar várias máquinas, reduzindo assim o número de trabalhadores. O estoque, por sua vez, é feito de acordo com a demanda, diferenciando-se do padrão estabelecido pela produção em massa.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 1993, p. 143)

A classe trabalhadora foi quem mais sofreu alterações com esse novo modelo de produção, que flexibiliza o trabalho e intensifica a produtividade. As inovações tecnológicas poupadoras de mão de obras amplificaram o exército industrial de reservas levando os trabalhadores ao desemprego estrutural e aos regimes flexíveis, marcado por contratos temporários e informais. É importante destacar que apenas a reestruturação produtiva, existente e constante desde a implantação do capitalismo, não é em si suficiente para a desregulamentação e a flexibilização dos direitos trabalhistas, essas são impostas pela articulação entre o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Nessa conjuntura, as conquistas sociais que surgiram no Keynesianismo sofrem fortes ataques, podendo-se observar uma redução do Estado para classe trabalhadora.

1.2 Neoliberalismo e desmonte do trabalho: o adoecimento em questão

A crise do fordismo/taylorismo e o predomínio da acumulação flexível na produção levou a hegemonia das ideias neoliberais, que, combinadas à reestruturação produtiva, geraram “um novo modo de trabalho e de vida pautado na

simultaneidade da flexibilização das estruturas produtivas e salariais e no desmantelamento da proteção social” (BARRETO, 2005). De acordo com Druck:

Embora o ideário neoliberal comece a ganhar adesão no contexto da crise do fordismo, não se pode confundi-lo com o processo de reestruturação produtiva. São movimentos de conteúdo e caráter diferentes. O neoliberalismo é um projeto político e econômico e constitui o arcabouço ideológico ideal para consolidar a reestruturação produtiva no contexto da globalização. (DRUCK, 2021, p.4)

Boito (1999), diz que a aplicação das políticas neoliberais não se deu de forma aleatória, mas veio de uma condição histórica favorável para as elites implementarem seus ideais com a premissa da necessidade de saída para a crise do capitalismo.

No cenário de crise, a busca pela recuperação das taxas de lucro se dará por intermédio de uma intensa precarização do trabalho. Nesse sentido, o pensamento neoliberal avança rapidamente e sua hegemonia “provoca transformações que atingem a totalidade da vida em sociedade” (MARCONSIN, FORTI E MARCONSIN, 2012, p. 27), trazendo a privatização, a desregulamentação e a flexibilização dos direitos trabalhistas associados ao intenso processo de reestruturação da produção. Busca-se a diminuição do Estado para classe trabalhadora e novas formas de domínio do capital sobre o trabalho.

Para além do conteúdo econômico, a essência política e ideológica do neoliberalismo é central para se compreender as ações dos governos e as mudanças no Estado, sustentada fundamentalmente no “culto ao mercado” que, ao se tornar hegemônico, consegue impregnar quase toda a sociedade. Assim, constata-se o reforço do individualismo em contraposição à ação coletiva; estimula-se a concorrência em detrimento da solidariedade social; eleva-se o mercado e as “coisas” à condição de sujeitos soberanos; difunde-se uma visão privatista da sociedade, onde se busca a desmoralização de tudo que é público em troca de uma defesa fervorosa do que é privado. (DRUCK, 2021, p.4)

As políticas neoliberais impactaram, portanto, não apenas nos fatores econômicos, mas também sobre as respostas as múltiplas expressões da questão social operacionalizadas pelo Estado que, por sua vez, passa por uma “uma verdadeira contrarreforma “[...] que vai adquirir maior ou menor profundidade, a depender das escolhas políticas dos governos em sua relação com as classes sociais em cada espaço nacional [...]” (BEHRING, 2002, p. 32-33).

No Brasil, de acordo com Behring (2002), o processo de contrarreforma ocorrerá através de uma série de mudanças empreendidas no Estado a partir de 1990

com fortes impactos para a Constituição de 1988. Há um profundo ataque as conquistas da classe trabalhadora, propaga-se a falsa ideia de que a crise capitalista tem sua raiz no Estado e sua resolutividade remete a redução custos sociais. Nesse cenário, identifica-se um desmonte das políticas públicas e a recém assegurada seguridade social irá passar por um progressivo desfinanciamento e profunda precarização. Há, nesse contexto, o desmonte do Estado para sua adaptação as transformações capitalistas. Chamamos esse processo de contrarreforma, pois representa um conjunto de medidas neoliberais que destroem conquistas democráticas. De acordo com Pereira:

Esse processo, chamado de “reforma” do Estado por seus apologistas, foi analisado por Behring (2008) como contrarreforma. Segundo a autora, as reformas no bojo do capitalismo foram caracterizadas historicamente como um patrimônio da esquerda, que, embora não tenha superado o capitalismo, se guiou para um avanço da economia política do proletário sobre a economia burguesa³. Representaram, dessa forma, mudanças no ordenamento do capital de modo a assegurar melhorias objetivas nas condições de vida dos trabalhadores. As contrarreformas, ao contrário, apresentam-se como uma destruição dos avanços da classe trabalhadora, tais como: a) expropriações de direitos sociais e trabalhistas, expressas no ataque a Previdência Social e a esfera pública construída na década de 1980, ampliando o trabalho desprotegido e à focalização das políticas sociais; b) “flexibilização” e precarização das relações de trabalho, expressas no aumento do desemprego e exploração dos trabalhadores, rebaixamento de salários e “flexibilizações” no âmbito das contratações, com trabalhos terceirizados, subcontratados, informais; c) privatizações das empresas estatais, trazidas no bojo de um falso discurso da incapacidade de gerência do Estado sobre as empresas que possui, abrindo espaço para a chegada das empresas internacionais em busca de superlucros. (PEREIRA, 2019, p. 133/134)

Dada as particularidades de nosso objeto situado no âmbito de uma empresa capitalista, mais precisamente no processo de afastamento e reinserção dos trabalhadores, interessa-nos analisar mais detidamente o impacto do neoliberalismo para o desmonte do trabalho. Para o ideário neoliberal, o mercado age como autorregulador e determinador das relações sociais, gerando um Estado minimalista que trabalha mais em prol da restauração da acumulação do capital e menos em prol da sociedade, considerando que os problemas sociais se resolveriam com a ascensão da economia. Nesse sentido, o Estado inclinou-se para a realização da desregulamentação e flexibilização das legislações trabalhistas, visando reduzir os

³ Principalmente nos países que conseguiram construir, no espectro da luta de classes, direitos com formas de financiamento progressivas, isto é, com incidência sobre a ampliação da taxa de mais-valia destinada as políticas sociais.

gastos dos empregadores com a reprodução da força de trabalho. Esse processo causou graves perdas de direitos e desproteção para os trabalhadores.

Com o aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho os direitos do trabalhador são reduzidos e adaptados, desenvolvidos por “medidas legais ou convencionadas, que afrouxam imposições jurídicas nos contratos de trabalho, afetando salários, contratação, jornada de trabalho, demissão, férias e outros direitos [...]” (MARCONSIN; FORTI, 2012, p. 29). O resultado dessa flexibilização é a precarização direta do trabalho, que é intencional, pois quanto menor a responsabilidade do empregador sobre o trabalhador mais aumenta-se a taxa de mais-valia apropriada pelo capitalista. Nesse sentido, a busca para a ampliação da taxa de lucro, oriunda do processo de reestruturação produtiva, é acompanhada pela ampliação do desmonte trabalhista e, conseqüentemente, pela ampliação da precarização do trabalho.

Com a justificativa de que as empresas necessitam se adaptar as novas exigências de competitividade no mercado, o capital busca a individualização das relações de trabalho, a desregulamentação trabalhista, a implementação de medidas flexíveis para contratos e a fragilização das organizações dos trabalhadores, com o intuito de diminuir o seu poder de representação. A desregulamentação do trabalho tem como objetivo retirar as regras e regulamentações contratuais, buscando a diminuição da rigidez nas leis de trabalho e dando espaço para flexibilização. A articulação entre o neoliberalismo e a reestruturação produtiva tem o objetivo de flexibilizar a produção e intensificar a produtividade do trabalho, permitindo ajustes nas normas trabalhistas já existentes, de forma que as partes envolvidas possam chegar a novos acordos contratuais cada vez mais precários.

Temos, nessa conjuntura, jornadas parciais, baixa remuneração, alta exigência de qualificação profissional e avanço do trabalho morto sob o trabalho vivo, o que, por sua vez, amplia o exército de reserva e institui o desemprego estrutural. Os trabalhadores que estão em busca de trabalho são pressionados a aceitarem as exigências dos empregadores; os já empregados são pressionados a aceitar acordos flexibilizados, que violam os direitos trabalhistas e intensificam a exploração do trabalho. Nesse sentido, a materialização das políticas neoliberais produz um quadro prejudicial a grande maioria dos trabalhadores.

O desmonte das leis trabalhistas é operacionalizado a partir de uma pressão do capital sobre os Estados nacionais, visando a fragilização das legislações trabalhistas. Promete-se o inacreditável: a precarização do trabalho como forma de melhorar as condições de vida dos trabalhadores. De acordo com Mattoso (1998), questões como desemprego, redução de salários, precarização das condições de trabalho, redução de benefícios previdenciários, entre outros fatores precisam ser entendidos pelos trabalhadores como “sacrifícios necessários” para o desenvolvimento da sociedade, pois dessa forma pode-se alcançar a felicidade e o bem-estar de todos. Para que as políticas neoliberais sejam implantadas de forma eficiente, esse consentimento vindo do trabalhador é necessário, juntamente com o que o Hobold (2002) chama de “dispositivos coercitivos”, que se expressam no medo do desemprego e da exclusão social.

A maior parte das transformações e inovações que revelam o curso do projeto neoliberal trazem medidas de flexibilização da legislação que levam a contrarreformas como a trabalhista e da previdência.

A (contra)reforma trabalhista no Brasil (13.467/2017), trouxe propostas como a liberação da terceirização das atividades fins, a generalização do trabalho intermitente e temporário, além de colocar sobre o próprio trabalhador a reivindicação dos direitos trabalhistas. Tal (contra)reforma se apoia, portanto, na ideia de autonomia individual do trabalhador, de forma que ele possa negociar suas condições de trabalho com o empregador. O objetivo é dar uma falsa liberdade para o empregado, alegando que ele poderá escolher o emprego que quiser e ser livre para negociar seu próprio salário e suas condições de trabalho. Da mesma forma, o empregador estará livre para contratar quem achar melhor (buscando quem melhor lhe dará lucro), e também terá a possibilidade de negociar os salários, como se a balança entre empregado e empregador fosse justa e equilibrada.

A segunda (contra)reforma, da previdência, caracteriza-se pelo desmonte do sistema previdenciário através da ampliação da idade mínima de aposentadoria, aumento do tempo de contribuição e a imposição de teto para as aposentadorias. Portanto, precariza-se o trabalho e o direito de cessar as atividades laborais.

Com todas as mudanças referentes ao trabalho, Braga (2018) aponta que o resultado foi um número crescente de trabalhadores ligados a relações precarizadas, com empregos de alta rotatividade e instabilidade, atingindo não apenas a camada de

trabalhadores com salário-mínimo, mas também gerando condições instáveis para trabalhadores diplomados e com experiência que acabam desempregados ou em trabalhos sem direitos, com renda instável e jornadas longas.

No caso da empresa pesquisada no presente trabalho, situada no ramo da construção civil, os impactos da reforma trabalhista se refletem: na rotatividade empregatícia que é ligada ao tempo de duração das obras e a necessidade efetiva daquele trabalhador (que enquanto tem seu trabalho dispõe a longas jornadas e baixa remuneração e, após esse período, é descartado dando lugar a novos postos de trabalho rotativo); acordos coletivos (realizados entre a empresa e os sindicatos, que prevalecem sobre a legislação); trabalho intermitente (a empresa paga apenas pelo tempo do serviço prestado, não é um serviço contínuo oferecido a instituição); trabalho remoto e trabalho terceirizado.

Esse cenário acirra problemas já latentes, é crescente o número de jovens que atingem a idade de ingresso ao mercado de trabalho e não tem perspectiva de emprego, acabando muitas vezes ingressando no mundo do trabalho informal, consequência do desemprego estrutural. Paralelamente a isso, acirra-se a exclusão dos trabalhadores que já estão em uma idade madura e acabam caindo no desemprego, encontrando dificuldade de reingressar no mundo de trabalho, pois não são mais considerados úteis ao capital. A lógica implementada pela reestruturação produtiva é a redução dos postos de trabalho, gerando o desemprego. Por outro lado, as políticas neoliberais estimulam o indivíduo a se transformar em trabalhador por conta própria, sem carteira assinada ou com trabalhos precários sem proteção. Dessa forma, os desempregados somam-se aos contingentes do trabalho informal, expandindo o segmento de empresas sem nenhum suporte trabalhista, que fazem o trabalhador acreditar que possuem autonomia face aos empregadores.

O trabalhador se sente mais livre, porque agora não está mais preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Ele se sente como um cidadão, que trabalha no seu próprio local de produção (e às vezes de moradia), sem ninguém para vigiá-lo ou lhe dar ordens. Ele se sente patrão de si mesmo, dono de seu próprio negócio [...] é ele quem organiza o processo de trabalho e estabelece, por iniciativa própria, a duração de sua jornada de trabalho. (AMARAL e MOTA, 2000, p. 11)

Diante do cenário de alta competitividade e pressão por qualidade e intensidade da produção, o empregador faz com que o trabalhador esteja cada vez mais à disposição do trabalho e o homem é privado socialmente do direito de adoecer.

Quando inserido no mercado formal, ele sofre com as pressões do empregador e, quando inserido no mercado informal, ele considera ter ainda mais disposição ao trabalho, visto que seu desempenho irá o manter em segurança econômica, juntamente com sua família. As determinações que incidem sobre a saúde do trabalhador atualmente estão diretamente ligadas as novas modalidades de trabalho e aos processos de produção mais dinâmicos, com suas implementações tecnológicas que exigem maior desempenho e dedicação do empregado, entendendo o modo de trabalho como um processo que permeia o modo de ser e de viver dos trabalhadores.

A combinação de novos métodos gerenciais com os processos de flexibilização vem gerando uma intensificação da jornada de trabalho e os trabalhadores têm que se adaptar às novas formas de produção, se mantendo constantemente atualizados perante a um mercado competitivo, que conta sempre com um exército de reserva pronto para assumir o lugar do trabalhador indisposto. A instabilidade do emprego e as condições em que o trabalhador exerce suas atividades geram novas situações de vulnerabilidade, fazendo que o trabalhador aceite condições de emprego expostas a longas, intensas e flexíveis jornadas de trabalho que colocam em risco sua saúde, pois precisam fazer o trabalho que antes era realizado por mais de uma pessoa. Esse cenário adverso, é acirrado pelo desmonte dos direitos sociais, provocando uma maior desproteção aos trabalhadores que precisam interromper suas atividades.

O trabalho é transformado pela exigência de mais resultados, exigindo maior empenho e esforço do trabalhador, que gasta suas energias físicas e mentais em busca de resultados. Essa intensificação do trabalho acaba gerando impactos à saúde, e apesar da exigência de disposição e produtividade, quando o trabalhador cede ao processo de produção e acaba no adoecimento, ele é abandonado pelo empregador durante seu processo de afastamento. Quando recuperado e pronto para voltar ao mercado de trabalho, muitas das vezes, perde o seu lugar para um indivíduo “saudável”. Com o desemprego estrutural e o exército de reserva em constante crescimento, sempre há um trabalhador saudável para substituir o adoecido, que já deu ao capital todo seu potencial.

Os acidentes de trabalho e os processos de adoecimento, por sua vez, não são fatores recentes, mas processos tão antigos quanto a exposição do trabalhador a exploração do trabalho, visto que a precariedade da força de trabalho é consequência

do capitalismo, que muda sua forma de trabalho de acordo com as necessidades do processo de acumulação. Ainda no século XIX, Engels (2010) descreve que as condições em que viviam o operariado nas indústrias inglesas já levavam a uma série de enfermidades, que não raramente provocavam a morte dos trabalhadores. Para Antunes e Praun (2015), os processos de globalização e produção em massa que surgiram após a revolução industrial geraram a intensificação do trabalho, fazendo com que novas formas de acidentes e adoecimentos surgissem nesse cenário.

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo observamos que a produção em massa e as mudanças no mundo do trabalho a partir do século XX trouxeram novas formas de acidentes e adoecimentos próprias da submissão do trabalhador perante o controle do capital sobre o processo de trabalho. As novas condições de trabalho (ritmo, intensidade, horas extras, regime de turnos...) entram em contradição com a estrutura do indivíduo, gerando acidentes, problema psicológicos e doenças oriundas do processo repetitivo de produção.

A partir da predominância do neoliberalismo, as principais causas de afastamentos e acidentes com morte estão ligadas aos riscos ocupacionais e a precarização do trabalho. O ramo da construção civil, campo onde se situa nosso objeto, prefigura como um dos maiores empregadores de trabalhadores de classes baixas do sexo masculino no Brasil, e é responsável por grande parte dos acidentes e adoecimentos de seus funcionários de acordo com a MPAS (Ministério da Previdência e Assistência Social). As principais causas de afastamentos e acidentes com morte estão ligadas aos riscos ocupacionais e a precarização do trabalho, que são consequências diretas das políticas neoliberais e do desmonte do trabalho.

Antunes e Praun (2015) também apontam o trabalho terceirizado como causa de adoecimento, pois as relações trabalhistas entre empregados e empregadores ficam mais distantes e as exigências de trabalho podem variar de acordo com a empresa contratante. Esse processo faz com que o ritmo de produção seja alterado e as relações de trabalho sejam cada vez mais flexibilizadas. No âmbito da construção civil, o trabalho terceirizado é frequente, causando um índice de rotatividade ainda mais alto nos postos de serviço, além de jornadas mais prolongadas.

Dessa forma, por um lado, os trabalhadores pertencentes ao núcleo que atua com maquinário mais avançado, dotado de maior tecnologia, encontram-se cada vez mais expostos à flexibilização e à intensificação do ritmo de suas atividades, expressas não somente pela cadência imposta pela robotização

do processo produtivo, mas, sobretudo, pela instituição de práticas pautadas pela multifuncionalidade, polivalência, times de trabalho interdependentes, além da submissão a uma série de mecanismos de gestão pautados na pressão psicológica voltada para o aumento da produtividade. Por outro, outra parcela da classe trabalhadora, numericamente superior, passa a experienciar, cada vez mais, diferentes modalidades de vínculos e condições de trabalho que se viabilizam a partir de ambientes de trabalho que articulam menor desenvolvimento tecnológico a jornadas mais extensas, maior insegurança e vulnerabilidade. (ANTUNES; PRAUN, 2015 pag. 411)

Assim, podemos concluir que os ideais neoliberais juntamente com as exigências da reestruturação produtiva geram mudanças bruscas no mundo do trabalho e afetam diretamente o trabalhador. A busca da integração passiva dos trabalhadores à nova ordem do capital afeta todo o processo de produção e controle da força de trabalho, operando mudanças na ordem social amparadas em práticas políticas que levam ao adoecimento do trabalhador na busca constante por alcançar os níveis de exigência de produção do capital. Esse processo causa uma fragmentação da força de trabalho e acarreta o enfraquecimento do poder de organização sindical, que acaba por adotar uma política corporativa e de defesa, fazendo com que os movimentos de trabalhadores percam suas forças.

As longas jornadas de trabalho braçal, a subtração dos direitos sociais e as novas condições de produção intensificadas em que o trabalhador é submetido acabam causando afastamentos previdenciários por adoecimento que, nesse momento, é encaminhado a responsabilização do Estado e sua força de trabalho é substituída. Enquanto o trabalhador permanece na condição de mão-de-obra saudável a exploração do trabalhador é aproveitável, mas quando, por causa dos limites da exploração, ele precisa ser afastado e reabilitado, sua força de trabalho é descartada. É mais lucrativo a inserção de uma nova força de trabalho saudável, vinda do grande exército de reserva, do que a reinserção de um trabalhador que já cedeu as condições de exploração e precisou ser reabilitado.

Nesse sentido, a questão central posta pela reestruturação produtiva e pela ampliação das políticas neoliberais são as novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho, com o objetivo de naturalizar a superexploração por meio de acordos e contratos flexibilizados, destituídos de qualquer tipo de proteção. Portanto, pode-se dizer que o fenômeno de flexibilização iniciado a partir da crise econômica dos anos de 1970, tem impacto direto no fenômeno do adoecimento abordado no presente trabalho.

2. AS PARTICULARIDADES DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS CAPITALISTAS

Nesse capítulo será explicitado o surgimento do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho. Abordaremos a particularidade do Serviço Social no Brasil, traçando sua trajetória histórica marcada pelo conservadorismo e seu processo de ruptura. Apresentaremos o processo de renovação e a construção de um projeto profissional crítico, vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Esse caminho se faz necessário para compreender os desafios colocados para o trabalho orientado pelo PEP nas empresas capitalistas. Apresentamos, também, a particularidade do trabalho na esfera produtiva, trazendo algumas considerações que fortalecem a direção estratégica nessa esfera.

2.1 Serviço Social, trabalho e projeto ético-político

Enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social surge e se desenvolve a partir da consolidação do capitalismo monopolista, situado num espaço socioeconômico onde o Estado precisa dar respostas para as expressões da questão social numa perspectiva que extrapole os mecanismos coercitivos. Nesse período, que é posterior ao capitalismo concorrencial, ocorre uma maior concentração e centralização do capital, aumentando conseqüentemente a desigualdade e a exclusão social. Temos o agravamento das expressões da questão social devido ao acirramento das contradições entre capital e trabalho. O cenário internacional, marcado pelas revoluções dos trabalhadores, traz profundas alterações no âmbito da reprodução do capitalismo. De acordo com Pereira:

As lutas operárias varreram toda a Europa, materializando-se nas experiências revolucionárias que têm como marca a Comuna de Paris, em 1870, e na Revolução Russa, em 1917, consolidando a possibilidade de tomada do poder pelos trabalhadores, dando viabilidade material às revoluções e tensionando os países capitalistas. A conformação da classe trabalhadora revolucionária, com projeto societário antagônico, acarretará profundas mudanças no âmbito da reprodução social na órbita do capital. (PEREIRA, 2019, p. 57/58)

Esse contexto exige um novo tipo de intervenção sobre a questão social, que, como já falado, irá se articular a partir do Keynesianismo. É nessa conjuntura que

teremos a abertura de um espaço na divisão sociotécnica do trabalho para uma profissão que intervém sobre as múltiplas expressões da questão social de forma articulada aos mecanismos de consenso. De acordo com Netto:

Somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições históricas-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que possam mover práticas profissionais como a do assistente social. (NETTO, 1992, pag. 73)

O Serviço Social então se consolida como uma forma de “controle” da classe trabalhadora, atendendo as necessidades dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, legitimando o Estado burguês e os interesses capitalistas, contribuindo para o processo de maximização dos lucros. Para Netto (1947), a constituição da profissão não é uma evolução da filantropia, ao contrário, é o desenvolvimento das políticas públicas no capitalismo monopolista que geraram a necessidade de um agente técnico capacitado a atuar sobre as múltiplas expressões da questão social.

Para o presente trabalho, nos interessa analisar o surgimento da profissão no Brasil, considerando as condições sociais e as características que levaram inserção do Serviço Social na divisão técnica do trabalho, analisando o passado profissional na perspectiva de entender o amadurecimento da profissão.

Como já tratado no capítulo 1 desse trabalho, a partir de 1930, quando se iniciou o processo de industrialização e se consolidou o capitalismo no Brasil, foram adotadas medidas que atendessem a reprodução e a acumulação com o objetivo de garantir os interesses do capital. Com o processo de industrialização em curso, o Estado precisou tomar medidas que concilhassem a classe trabalhadora ao novo modelo de produção, fazendo-se necessário novos profissionais capazes de responder as demandas desse período, como os assistentes sociais. É nesse contexto que o assistente social passa a ter um espaço na divisão sociotécnica do trabalho. As demandas oriundas do processo de industrialização contribuíram para sua institucionalização, fazendo com que esses profissionais fossem requisitados para atender as necessidades emergentes com as mudanças sociais.

O projeto de sociedade firmado no Brasil nesse período tem um caráter conservador pautado na herança escravista colonizadora, e é em meio a esse conservadorismo o Serviço Social é formado, com diretrizes e formas de agir pensados para a manutenção dos interesses do capital. Suas principais influências

situaram-se na doutrina social da Igreja Católica e no positivismo, sua atuação, no enfrentamento as expressões da questão social nas grandes instituições socioassistenciais, visava o controle do comportamento da classe operária e sua adequação ao capitalismo.

A partir de 1970, o Serviço Social passa por um período intenso de degradação de suas bases tradicionais. Esse processo inicia já na década de 60 através do Movimento de Reconceituação, que deu origem ao Movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil.

O Movimento de Reconceituação é perpassado por questões políticas e pelas ditaduras que varreram a América Latina, seu desenvolvimento não se deu de forma uniforme e, no Brasil, foi interrompido pelo período da ditadura, que se iniciou em 1964. O golpe militar marcou profundamente o Serviço Social no Brasil, pois a busca pela ruptura do conservadorismo na profissão foi interrompida pela repressão. É somente a partir da segunda metade da década de setenta que começa a de fato se concretizar, seguindo as tendências da Reconceituação rumo a crítica ao conservadorismo (NETTO, 2005).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina apesar de ser interrompido por ditaduras, desencadeou um amplo questionamento do conservadorismo e a busca pela superação das antigas práticas profissionais. Os profissionais passaram a procurar formas de estabelecer críticas as práticas conservadoras em que se baseava o Serviço Social nos parâmetros norte-americano, que não se encaixavam na realidade latina. Buscando trazer o pensamento crítico para a profissão, dentro das particularidades latino-americanas, os fundamentos teóricos do Serviço Social foram postos em análise, na intenção de uma renovação teórico-metodológica apoiada no marxismo (SIMIONATTO, 2016). Em meados dos anos de 1970 a 1980, com a fragilização da ditadura, o movimento operário retoma sua força, abrindo caminhos para os profissionais que buscavam a ruptura com o tradicionalismo. Em outras palavras, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro se constrói no conjunto das relações sociais capitalistas, baseado no acúmulo teórico adquirido nos anos 70, juntamente com o período crise da ditadura e de transição democrática dos anos 80.

[...] nos anos 1980 o Serviço Social brasileiro assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituiu a partir

do espírito próprio da Reconceituação. Não se tratou de uma simples continuidade das ideias reconceituadas, uma vez que as condições históricas, políticas e institucionais eram muito diversas das do período anterior; antes, o que se operou foi uma retomada da crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da Reconceituação- por isso é adequado caracterizar o desenvolvimento deste “Serviço Social crítico” no Brasil como herdeiro do espírito da Reconceituação: comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na pesquisa. (NETTO, 2005, pag. 17-18)

Netto (1999) afirma que é nesse contexto de ruptura com o conservadorismo e na luta para reestabelecer a democracia que o Serviço Social vê condições para a constituição de um novo projeto profissional. Foi principalmente a partir do contexto do crescimento das lutas sociais e movimentos políticos que surgiram no período de declínio da ditadura, que os profissionais passaram a visar um projeto profissional crítico, apoiado em valores e princípios éticos articulados com as lutas gerais dos trabalhadores.

O marco desse processo de ruptura situa-se em 1979 no III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) conhecido como “Congresso da Virada”. Nesse momento há um posicionamento político de ruptura com o conservadorismo e afirmação do compromisso com a classe trabalhadora, instaurando no Serviço Social um “pluralismo político”. A categoria reivindica uma nova autoimagem da profissão, não mais atrelada ao controle, mas vinculada aos interesses da classe trabalhadora.

Essa perspectiva moveu a construção de regulamentações profissionais que possibilitaram uma direção estratégica consolidada no Código de Ética do Assistente Social (1993), na Lei da Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPSS), elementos que deram sustentação e regulamentação legal à profissão. A Lei da Regulamentação da Profissão incide sobre o exercício profissional dos assistentes sociais no Brasil a partir do amadurecimento de suas atribuições e competências, abrangendo as bases teóricas e políticas da profissão pós-renovação. As Diretrizes curriculares expressaram o amadurecimento da profissão, compreendendo seu significado social a partir da teoria social crítica, apontando para um projeto de formação que viabilize um exercício profissional vinculado a lutas e demandas da classe trabalhadora. (IAMAMOTO, 2010).

A revisão do Código de Ética profissional foi um passo importante no processo de ruptura com o conservadorismo. O Código de Ética de 1986 teve o domínio da

dimensão política, explicitando seu compromisso com a classe trabalhadora e rompendo com a neutralidade da profissão, entretanto, abordou a questão ética de forma insuficiente, sem explicitar os valores coerentes com uma sociedade emancipada. O código revisado em 1993, ainda hoje vigente, superou as questões antes não suficientemente abordadas e trouxe novos elementos éticos, tendo como base a liberdade como valor central, vinculado a um novo projeto de sociedade que propõe a criação de uma ordem social sem exploração ou dominação de classes, afirmando seu compromisso com a defesa dos direitos humanos e se posicionando politicamente a favor da justiça social (NETTO, 1999).

Paiva (2010), descreve o Código de Ética Profissional do Serviço social como um indicador do dever profissional, onde consta seus deveres, normas e proibições, servindo também como mecanismo de defesa das atribuições do assistente social. O Código de Ética é um instrumento que garante seu compromisso ético e os valores emancipatórios defendidos pela profissão, tendo sua legitimidade profissional e direção estratégica garantida juridicamente.

Iamamoto (2001) reconhece o assistente social como trabalhador assalariado, ou seja, ao vender sua força de trabalho para empregadores estatais ou privados entrega seu valor de uso por meio do trabalho. O trabalho do assistente social tem um valor de uso e um valor de troca, respondendo as necessidades sociais sem deter os meios de realização do seu trabalho, fazendo com que ele necessite vender sua força de trabalho.

Ora, ao vender sua força de trabalho em troca do salário (valor de troca dessa mercadoria), o profissional entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida. Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se às exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-la durante um certo período de tempo conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição empregadora. É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações. O assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho, sendo o controle exercido sobre sua atividade distinto daquela a que é submetido, por exemplo, um operário na linha de produção (Grifos da autora). (IAMAMOTO, 2011, p. 97)

O exercício profissional do Serviço Social passa a ser mediado pelos interesses do mercado. A mercadoria do assistente social é sua força de trabalho, que somente pode ser usada se dispuser dos instrumentos de trabalho que são colocados pelo empregador, que tem o poder de definir as prioridades e o modo em que o trabalho

deve ser desenvolvido. Dessa forma, o Serviço Social como trabalho assalariado deve ser pensado como a força de trabalho que é vendida em troca de um salário, sendo submetido aos mesmos desafios do conjunto de trabalhadores. Portanto, ao perceber as condições de exploração em que são submetidos enquanto assalariados, o assistente social deve ter uma relação de pertencimento enquanto segmento da mesma classe (RAICHELIS, 2011).

O trabalho do assistente social é baseado em relações e interesses sociais, participando tanto dos mecanismos de dominação, quanto dos que asseguram a reprodução dos trabalhadores. Seu trabalho situa-se, portanto, nas contradições entre as respostas às necessidades dos trabalhadores e a reprodução do capital, de acordo com Iamamoto: “é na tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não é possível abstrair” (IAMAMOTO, 2010, pag. 16).

Com as mudanças no ciclo de reprodução do capital e o surgimento de novas modalidades de produção, o Serviço Social sofre impactos e desafios no seu trabalho, pois o mercado passa a exigir “a refuncionalização de procedimentos operacionais, também determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas que, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, assumem o estatuto de demandas à profissão” (MOTA e AMARAL, 1998, pag. 2). Dessa forma, Mota e Amaral (1998) citam que os desafios enfrentados na profissão passam pelas transformações do trabalho e das novas formas em que o mercado se configura, pois sua força de trabalho só se faz valer pelos meios e instrumentos de trabalho que são colocados pelos empregadores.

Essas teses devem ser particularizadas levando em consideração que o assistente social, enquanto trabalhador assalariado, se insere em diferentes espaços ocupacionais dentro do Estado “– nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais” (IAMAMOTO, 2010, pag. 5). Esses espaços têm diferentes funções e demandam diferentes técnicas do trabalho, pois são inseridos em diferentes espaços e implicam diferentes relações sociais. Interessa-nos, contudo, particularizar o trabalho do assistente social nas empresas, levando em consideração a perspectiva defendida no

projeto profissional crítico: a construção de uma autoimagem profissional vinculada aos interesses dos trabalhadores.

2.2 O Serviço Social nas empresas capitalistas

De acordo com Mota (2010), as primeiras experiências em relação a inserção do Serviço Social nas empresas surgiram nos anos 40, com a criação do SENAI e SESI, que introduziram o Serviço Social no meio industrial. Apesar da profissão estar inserida nessas empresas anteriormente, é na década de 1970 e 1980 que o Serviço Social surge de forma significativa nas empresas privadas (MORAES, ABREU, LIMA E RABELO, 2015). Em meados 1980 o processo de reestruturação produtiva do capital desencadeado pela grande crise capitalista internacional implicou em grandes mudanças cujos objetivos situavam-se no aprimoramento dos mecanismos de controle do capital sobre o trabalho. O processo de transformação do capital em busca de respostas à crise capitalista trouxe profundas mudanças no mundo do trabalho, com o crescimento de inovações tecnológicas associadas a um conjunto de inovações de cunho organizacional, alterando as estruturas de produção e de mercado, imprimindo novos requisitos aos trabalhadores.

O período de reestruturação produtiva tem sido marcado por privatizações e novas formas de produção, com maiores exigências de produtividade e rentabilidade, exigindo, dessa forma, a criação de postos de trabalho que permitam o controle e a manutenção do desempenho do trabalhador, partindo da premissa que o envolvimento e a dedicação de seus trabalhadores auxiliam a instituição a alcançar seus objetivos empresariais. É nesse contexto que surgem diversas frentes de trabalho que inserem o Serviço Social nas empresas capitalistas, com demandas que ao mesmo tempo em que atendem algumas imposições dos trabalhadores, também funcionam como contenção de sua luta (AMARAL & CESAR, 1998).

A presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho assistencial educativo junto ao empregado e família. (MOTA, apud CESAR E AMARAL 2009, p.414)

Como tratado no item anterior deste trabalho, o assistente social é um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho e tem sua função inclusa na divisão sociotécnica do trabalho, portanto, ele está submetido as normas da instituição a qual está inserido e a relações contratuais que, em sua maioria, não envolvem uma condição estável de trabalho, que assegure uma base mais ampla para o seu compromisso com a classe trabalhadora. A empresa contrata o profissional subordinado a uma área específica, com o objetivo de auxiliar no processo de produção da mais-valia, sendo assim, sua autonomia nesse espaço é relativizada, pois está sempre ligada as atividades vinculadas a produção de valor. Na particularidade das empresas capitalistas, o assistente social participa enquanto trabalhador produtivo do processo de produção da mais-valia, portanto, é preciso direcionar seu trabalho para os interesses dos trabalhadores em paralelo aos interesses de lucratividade do capital.

Os empregadores, nessa esfera, esperam que o assistente social contribua para o processo de ampliação da produção de valor e essa particularidade tensiona o compromisso com a classe trabalhadora construído no âmbito do Projeto Profissional crítico. Raichelis (2011) discorre sobre como esse processo incide na autonomia do assistente social, visto que esse não possui pleno poder para desenvolver suas funções, portanto, é preciso direcionar seu trabalho para os interesses dos trabalhadores – melhores salários, garantia de direitos, qualidade de vida – em detrimento aos interesses de lucratividade do capital – aumento da mais-valia, maior produtividade. Há uma contradição entre a direção em que o profissional pretende exercer seu trabalho e a direção imposta pelo empregador. Podemos dizer que nessa esfera o trabalho profissional tem sua autonomia relativa aviltada, muitas das vezes os trabalhadores enxergam a profissão vinculada às demandas da gerência e da empresa, fragilizando a autoimagem vinculada aos trabalhadores.

O trabalho do assistente social, baseado no projeto profissional crítico exige um profissional capacitado para defender os interesses da classe trabalhadora, portanto, as limitações e orientações dadas pela empresa podem condicionar e limitar o agir profissional, afetando diretamente a autonomia relativa e os sujeitos atendidos. Dizemos limitar, pois acreditamos que essa conjuntura particular não inviabiliza nosso projeto, ainda que possa aviltar suas possibilidades de efetivação.

Abreo e Fávaro (2001), afirmam que a origem do Serviço Social nas empresas está diretamente relacionada as exigências de eficiência e produtividade impostos pelo processo de modernização do capital. A profissão é requisitada para monitorar e preservar a força de trabalho, atender as suas necessidades socioeconômicas e, assim, amenizar conflitos entre o trabalhador e o empregador. A intervenção do profissional, inserida num campo contraditório entre capital e trabalho, atende as necessidades tanto do capital, quanto dos trabalhadores. O empregador busca utilizar o trabalho profissional para controlar os níveis de produtividade de seus empregados, enquanto os trabalhadores tem o Serviço Social também como uma conquista importante, pois dessa forma possui um espaço de garantia dos seus direitos, ainda que a instituição se aproprie desse direito a partir de seus interesses. Portanto “a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira” (IAMAMOTO 2011, p. 63).

Ao longo do processo histórico da profissão juntamente com as mudanças ocorridas no processo produtivo, foram percebidas novas funcionalidades para os Assistentes Sociais dentro da empresa, o que leva a refuncionalização das funções tradicionais da profissão, colocando questões na atuação profissional que geram uma tensão frente ao Projeto Ético-Político da profissão. Grande parte dos empregadores ainda não reconhece a importância do assistente social na instituição, os colocando muitas vezes para realizar funções paternalistas. Em relação as atividades do Serviço Social na empresa, Araújo (2010), reflete em sua dissertação que

A atuação quase que exclusiva na prestação de serviços diretos é percebida, pelos autores, como desgastante e os resultados são questionáveis em abrangência e extensão da contribuição do Serviço Social. Já a função de administradores de recursos sociais (como empresas de prestação de serviços médicos, refeitórios, empresas de serviços de alimentação, criação de vilas e cooperativas habitacionais, transporte subvencionado pelas empresas, seguro de vida etc.) possibilita, segundo os autores, a participação nos níveis decisórios da organização. Tal participação possibilitaria a interferência na formulação das políticas sociais da empresa. (ARAUJO, 2010, pg. 49)

Dessa forma, entende-se que as requisições institucionais incidem sobre a realização do trabalho. Quando o assistente social é chamado para interferir de forma efetiva nos processos da empresa, há uma ampliação da autonomia relativa e uma maior possibilidade de mediação com a direção estratégica do projeto profissional

crítico. Freire (1985) aborda as incompreensões acerca do papel do assistente social na empresa e a forma que essa incompreensão pode ser prejudicial para criar confiança da instituição no profissional, fazendo com que sua legitimidade seja prejudicada.

Sabe-se que o assistente social não deve se distanciar de seu projeto ético-político, dessa forma, é preciso que exista dentro do espaço sócio-ocupacional a busca por processos de resistência as requisições que ferem com os princípios da profissão. Sabemos que nem sempre é possível fugir dessas requisições, considerando as relações contratuais instáveis que levam o assistente social a passar pelas tensões do trabalho assalariado.

As mudanças no mundo do trabalho, impostas pela reestruturação produtiva, impõe a todos os trabalhadores, incluindo os assistentes sociais, mudanças como: flexibilização e precarização do trabalho, novas exigências de qualificação e ameaça de desemprego. Todo o processo de trabalho que se insere o assistente social perpassa por contradições e dificuldades, o que requer uma constante análise de sua autonomia frente as ações institucionais que realiza, devendo manifestar suas reivindicações através da luta dos trabalhadores, a qual o assistente social também se inclui. Vasconcelos (2009), ressalta que a autonomia pode ser requerida através da aceitação ou recusa de demandas impostas pelo empregador, assim como a priorização de determinadas ações mediante a justificativas perante sua chefia.

Apesar da importância da discussão sobre a atuação do assistente social dentro dos diferentes espaços sócio-ocupacionais, o debate sobre sua atuação no âmbito empresarial ainda é um tanto deficiente e suas funções não muito conhecidas. Sua atuação normalmente intervém na vida cotidiana dos trabalhadores, com o objetivo de monitorar a reprodução de sua força de trabalho, podendo atuar nas seguintes frentes: elaboração, desenvolvimento e monitoramento de projetos, campanhas institucionais, suporte ao trabalhador, participação em projetos de qualificação no mercado de trabalho, acompanhamento de benefícios e afastamentos previdenciários, atividades referentes a saúde e segurança no trabalho, programas de treinamento e qualidade de vida, entre outros. Como em nosso objeto trabalharemos diretamente com trabalhadores adoecidos, daremos foco na importância do Serviço Social referente a saúde e segurança do trabalho, para dessa forma chegarmos ao foco do nosso debate.

2.3 O trabalho na empresa: saúde do trabalhador, segurança do trabalho e Serviço Social

De acordo com a concepção abordada por Marx (1983), a relação do homem com o trabalho é fundamental, pois o diferencia de outros animais, destacando sua capacidade de execução. O predomínio do capital sobre o trabalho levou a transformações sociais que interferem historicamente na relação do homem e suas funções, tendo como efeito a intensificação de horas trabalhadas, a busca constante por metas de produção, a intensificação do trabalho, entre outros fatores que influenciam diretamente na saúde do trabalhador, o levando a ultrapassar seus limites. Portanto, a relação da saúde do trabalhador e o Serviço Social está ligada diretamente ao sistema capitalista e a extração da mais-valia por meio da exploração do trabalhador que produz expressões da questão social.

O trabalhador, que está diretamente envolvido em um contexto de subordinação ao capital, se coloca em situações diversas ao vender sua força de trabalho, visto que ele precisa da remuneração. O papel do assistente social nesse caso é entender, diante desse contexto, as determinações presentes no processo de trabalho e na organização no cotidiano do trabalhador, reconhecendo os desgastes físicos associados as características da produção, para assim compreender como e onde se compõe o processo de saúde-doença (MENDES,2003).

A compreensão das multicasualidades e diferentes interfaces explicitadas a partir da concepção de saúde, do processo de saúde e doença na sua relação com o trabalho, constitutiva de determinações sociais, pressupõe reconhecê-las como demandas sociais a serem respondidas pelo Estado. Entretanto, o que a história recente tem demonstrado é que o atendimento dessas demandas depende da capacidade de poder dos diferentes agentes sociais e políticos transformarem suas necessidades em demandas políticas (Fleury, 1994), levando, assim, o Estado a dar respostas aos efeitos produzidos pela desigualdade social. Resposta constitutiva da formatação dos sistemas de proteção social que passa a representar, na perspectiva da análise explicitada na concepção de saúde, mecanismos de enfrentamento aos determinantes sociais que incidem no processo de saúde-doença e trabalho. (MENDES E WUNSCH, 2011, pg. 472)

Nesse contexto, a proteção social se afirma como mediadora dos direitos sociais no âmbito da luta pela preservação da força de trabalho diante das intemperes oriundas da exploração. Compreender e desbravar o processo de saúde do

trabalhador deve ser uma das funções do assistente social, tornando possível encontrar possibilidades de ação e prevenção. Contudo, muitas das vezes não há o interesse das empresas na realização dessa função, retendo o trabalho profissional a uma dimensão burocrática, tecnicista, vinculada ao controle e organização de afastamentos. Há muitas equipes de saúde do trabalhador que não contam com assistente social, como acontece inclusive na empresa pesquisada nesse trabalho.

Além da saúde do trabalhador, a segurança do trabalho também se constitui como uma das ações possíveis para o Serviço Social, visto que o acidente de trabalho também está inserido na dinâmica capitalista do trabalho. Segundo pesquisa realizada por Araújo (2010), uma parcela mínima de assistentes sociais atua na segurança do trabalho para além do atendimento posterior ao acidente de trabalho, ou seja, atuam na prevenção ou entendimento das causas do mesmo. A responsabilidade pela segurança é atribuída ao próprio trabalhador, de forma que as atividades de prevenção estejam ligadas apenas a conscientização do trabalhador para o uso das EPI (Equipamento de Proteção Individual) por exemplo, ignorando aspectos políticos, econômicos e sociais envolvidos (ARAÚJO 2010). Questões como o desgaste físico gerado pelo trabalho excessivo, jornadas de trabalho intensas e condições de segurança e saúde precárias, assim como discussões sobre as condições de trabalho são ignoradas, o que ressalta a importância da atuação do assistente social nesses casos, atuando não apenas em questões relativas aos benefícios após acidentes, mas também em questões que o antecedem.

Com base no que debatemos ao longo do capítulo, observa-se que há uma relação particular com o Serviço Social no âmbito das empresas, que não são os maiores espaços de trabalho dos assistentes sociais. Nesse sentido, esse trabalho se propõe a debater o trabalho do assistente social na empresa capitalista em questão, a partir do referencial teórico-metodológico aqui apresentado, para que possamos contribuir para o adensamento da produção de conhecimento relacionados a esse campo, ainda novo e pouco trabalhado no âmbito da profissão.

3. O SERVIÇO SOCIAL NA EMPRESA: AFASTAMENTOS E REINserçAO PROFISSIONAL EM DEBATE

Nesse capítulo iremos desenvolver nosso objeto de pesquisa: o trabalho do assistente social na empresa capitalista do ramo da construção civil. Iremos apresentar a empresa pesquisada e o perfil dos usuários do Serviço Social a partir da sistematização da experiência de estágio. Será analisado o contexto dos afastamentos e reinserções profissionais em questão e feitas considerações sobre as demandas designadas ao assistente social. No último item, iremos apresentar o trabalho do Serviço Social na empresa, as contradições de sua atuação na esfera do valor e os desafios colocados para profissão. Por fim, discutiremos as possibilidades de atuação para a profissão tendo por horizonte a direção estratégica construída pela categoria profissional.

3.1 Contextualizando a empresa

A instituição que se constitui nesse trabalho como local de pesquisa trata-se de uma empresa que atua no ramo da construção civil desde 1953, tendo sua sede atualmente localizada no Rio de Janeiro. Nesse item iremos observar os impactos das políticas neoliberais, a flexibilização e a precarização do trabalho e o reflexo desses no processo de adoecimento dos trabalhadores nessa empresa. O nome da empresa será omitido por questões de sigilo, preservando os profissionais que atuam na instituição⁴.

A construtora foi criada em Recife/PE e, em 1960, conquistou sua primeira obra, realizada para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), hoje Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT): a construção de um trecho da BR-262, rodovia ligando Belo Horizonte (MG) à Vitória (ES). Em 1960 a empresa mudou sua sede para o Rio de Janeiro e consolidou o seu nome. A entrada no cenário nacional da construção civil foi dada com a conquista de uma grande obra rodoviária no estado de São Paulo. Aos poucos a empresa construiu sua imagem no país, conquistando grandes obras. Com a conquista do mercado nacional, a

⁴ A omissão do nome da empresa visa resguardar a equipe do Serviço Social na instituição. Optamos pela supressão visando dificultar as buscas na internet e driblar o algoritmo, certamente essa escolha trará muitos impactos, reflexões e dados para o trabalho nas empresas privadas.

construtora expandiu suas fronteiras e hoje atua também na América do Sul, Caribe e África.

Atuante em obras de grande porte, rodoviárias e estaduais em todo o Brasil, desde 1953 a empresa atende a clientes em busca da construção de grandes obras, seja no âmbito privado ou público. Os seus maiores contratantes são os governos Estaduais, Federal e grandes empresas para construção de rodovias, prédios, túneis e afins. Por se tratar de uma empresa com atuação nacional, a matriz localizada no Rio de Janeiro atende funcionários de todas as obras realizadas no Brasil, utilizando o apoio de um escritório localizado em Recife/PE para resolver situações e questões que surgem na região nordeste, local onde se situa a maioria das obras em que a construtora atua. No departamento de QSMS (Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde), onde o Serviço Social se encontra, o atendimento é voltado para os trabalhadores da construtora, tanto dos escritórios quanto dos atuantes nas obras, independentemente de sua função. A missão da instituição é: realizar empreendimentos com engenharia de ponta, eficiência e inovação, agregando valor à sociedade e aos acionistas.

A construção civil no Brasil constitui-se em um importante setor para a economia no país. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2014 chegou a superar 6% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, demonstrando o poder econômico que o setor possui e, ainda sim, é símbolo de exploração e flexibilização do trabalho. Historicamente, o segmento representa o setor de maior contratação de mão-de-obra, visto que não possui muitas exigências de contratação, especialização e recrutamento. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020) mostra que em 2020 o setor empregava 6,38 milhões de pessoas, sendo o período mais baixo desde 2013.

Como debatido no primeiro capítulo deste trabalho, as condições atuais do capitalismo contemporâneo no bojo do processo de reestruturação produtiva - que surge como resposta as necessidades do capital para aumentar a taxa de mais-valia apropriada pelo capital - promovem grandes mudanças nas formas de organização do trabalho. Compreendemos que a empresa estudada está inserida nesse processo de reestruturação produtiva do capital, que aliado as ideias neoliberais, vem reconfigurando e flexibilizando os direitos trabalhistas. Ainda que os direitos de CLT

sejam garantidos à parcela dos trabalhadores, o medo do desemprego faz com que se adequem aos novos regimes produtivos e exigências da empresa.

Observamos, também, o processo de flexibilização, a precarização das condições do trabalho e o adoecimento dos funcionários, além da influência das inovações tecnológicas que surgem poupando mão-de-obra e amplificando o exército de reserva. Em um canteiro de obras, por exemplo, a empresa atua com diferentes segmentos em conjunto, realizando a subcontratação de pequenas empresas ou de mão de obra direta. A terceirização está constantemente presente em setores de trabalho dentro da empresa, tais como: limpeza, tecnologia da informação, trabalhadores das obras, entre outros. A construtora muitas vezes assina o projeto final, mas apenas gerencia o empreendimento, expressando a flexibilização dentro da instituição de forma que suas ações são desenvolvidas por outras empresas, não sendo ela a responsável legal.

Nos casos em que a empresa não apenas gerencia, mas executa o empreendimento, lida-se constantemente com a rotatividade de mão-de-obra, visto que em cada etapa do projeto há contratação e dispensa dos trabalhadores excedentes, que posteriormente serão contratados para outras etapas. Também é importante analisar o fenômeno de precarização existente nas contratações que ocorrem pelo CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) das obras, com contratos de trabalho temporários que apesar de regidos pela CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), não impedem a rotatividade da força de trabalho, visto que o funcionário tem o fim de seu vínculo pré-determinado e não está ligado de fato ao corpo da empresa. Esse regime de trabalho exclui o trabalhador de direitos trabalhistas como o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), ao aviso prévio, ao seguro desemprego ou a estabilidade provisória no caso de trabalhadoras gestante. Como pode-se observar a empresa é adepta das práticas de flexibilização do trabalho e signatária da contrarreforma trabalhista, item já tratado no capítulo 1. Busca, através da precarização do trabalho, ampliar sua taxa de mais-valia.

Também pode-se citar a visão gerencial que acontece por meio do tratamento dos funcionários como colaboradores, mistificando dessa forma a contradição entre o capital e trabalho, entre os empregadores e trabalhadores. Tal modo de tratamento tenta trazer o sentimento de pertencimento ao trabalhador, como se a empresa

também o pertencesse e ele fizesse parte diretamente da mesma, o que, de fato, não é o que acontece efetivamente.

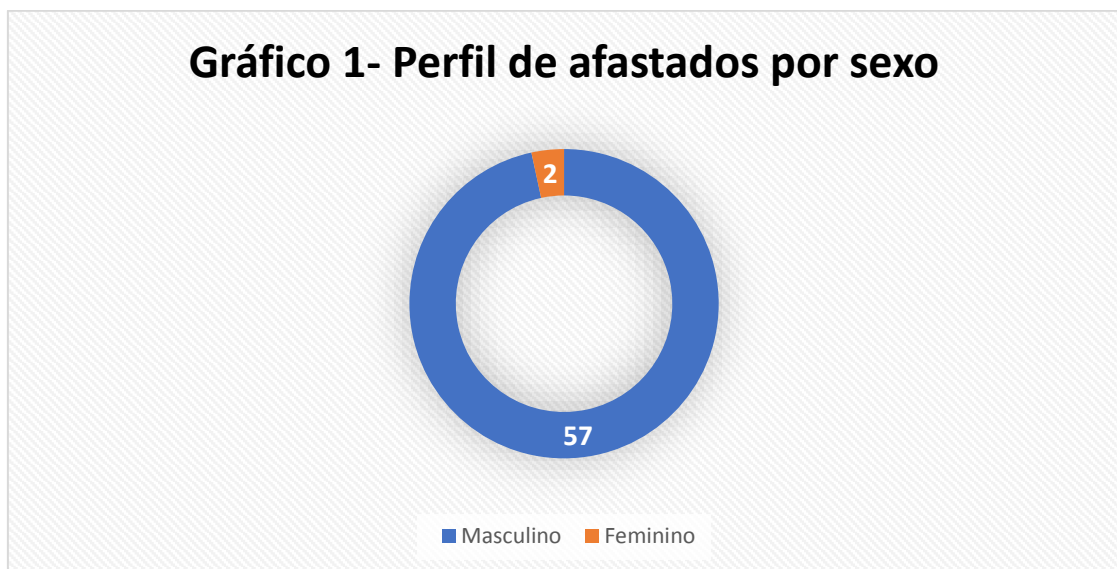
Santana e Oliveira (2004) afirmam que esse fenômeno reflete nos trabalhadores da construção civil na forma que são submetidos a estágios mais avançados da precarização do trabalho, visto que são em sua maioria trabalhadores informais ou terceirizados, como analisaremos mais à frente. Oliveira (2004), em sua dissertação, traz um panorama do trabalho dentro do setor em questão, afirmando que com o objetivo de reduzir o custo e maximizar a eficácia na produção, as condições de trabalho acabam precarizadas. Aumenta-se o risco de afastamentos por incapacidade, seja por doença ou acidente.

A partir desses elementos identificamos que a empresa enquanto uma instituição capitalista inserida na lógica de produção de valor se beneficia das políticas neoliberais que flexibilizam e precarizam o trabalho visando reduzir seus custos operativos. O planejamento estratégico da empresa redefine suas atividades em busca de atender novas metas e objetivos impostos pelo capital, levando seus “colaboradores” a se adequarem as normas e exigências colocadas pelos empregadores em busca da expansão da mais-valia. O trabalho está sendo transformado pela exigência de mais resultados, com a justificativa de que as empresas precisam se adaptar ao novo mercado, exigindo maior energia e mais trabalho. No ato da compra da força de trabalho o empregador tem o poder de decidir como essa mercadoria será utilizada, esse elemento tensiona a precarização e a ampliação dos danos à saúde dos trabalhadores.

As transformações no mundo do trabalho e a intensificação da jornada de produção exige maior desempenho e esforço do trabalhador, o que acaba gerando impacto à sua saúde, pois exige mais energia física e mental. Nesse sentido, é importante analisarmos o perfil dos trabalhadores desse setor e o impacto que o trabalho possui no seu processo de adoecimento. Os estudos de Oliveira e Iriart (2008) e de Santana e Oliveira (2004) traçam o perfil sociodemográfico da população empregada na construção civil da seguinte forma: majoritariamente do sexo masculino, migrantes, originários da zona rural, com baixa escolaridade, reduzida qualificação profissional e baixa cobertura previdenciária devido à temporalidade e inconstância dos vínculos empregatícios formais. Consoante com esses dados, os

trabalhadores analisados nesse estudo apresentaram perfil semelhante, como será demonstrado.

O perfil dos usuários é realizado com funcionários de obras da construtora que já foram concluídas. Durante seu funcionamento, por alguma razão, tais trabalhadores tiveram direito ao afastamento por incapacidade, com algum benefício do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Dentre os possíveis tipos de afastamento, estão: acidente de trabalho, auxílio doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por invalidez acidentária, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade e aposentadoria especial. Os dados foram analisados para definir o perfil dos usuários durante a matéria de Orientação e Treinamento Profissional II, as informações foram retiradas da plataforma RM⁵, que é utilizada pela empresa para cadastro de dados de todos os funcionários da construtora. Foram analisados o perfil de 59 funcionários, de uma das 117 obras desmobilizadas, localizada em Recife/PE, no ano de 2021. O primeiro indicador a ser analisado foi o do sexo. O gráfico 1 demonstra que existe uma enorme predominância do sexo masculino entre os afastados acompanhados pelo Serviço Social. De 59 afastados analisados, apenas 2 são mulheres. Segue demonstrado⁶:

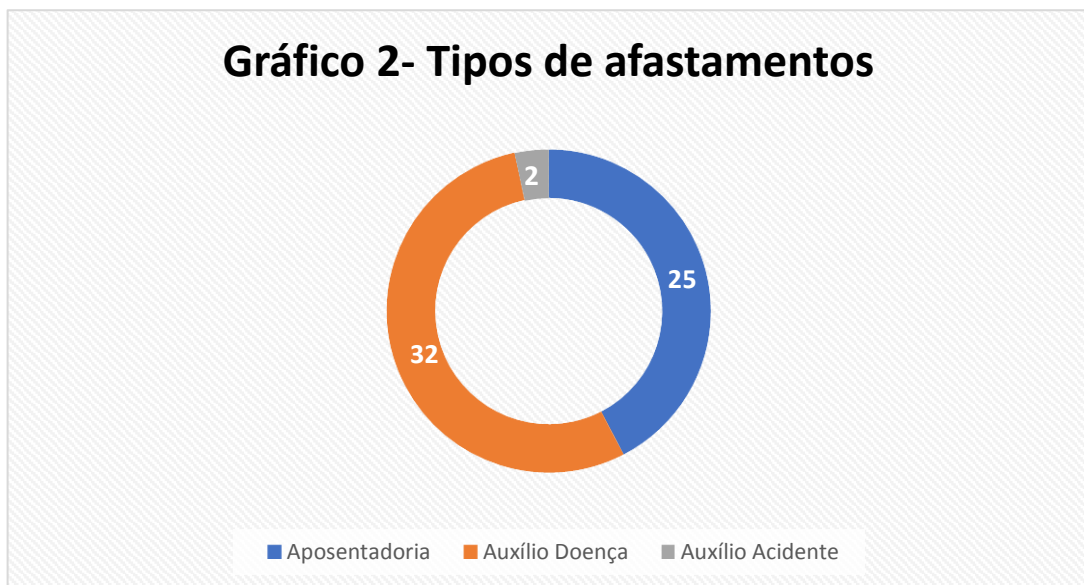


Fonte: Elaboração própria

5 O sistema RM Labore, que também é conhecido como TOTVS Folha de Pagamento, permite a automação das rotinas fundamentais do Departamento Pessoal, como controle de férias, rescisões, encargos Sociais, Folha de pagamento, dentre outros.

6 Por se tratar de documentos sigilosos, os dados foram coletados da plataforma sem a retirada de nenhum documento. Também não foi utilizada e muito menos divulgada a identidade nem os dados pessoais de nenhum funcionário.

O próximo indicador analisado é o tipo de afastamento que levou o segurado a receber seu benefício no INSS e a se afastar de suas atividades na empresa. Deve-se lembrar que quando afastado por motivos de acidente de trabalho, a empresa é responsável por todo o acompanhamento de seu acidente e de seu estado de saúde, prezando a garantir que ninguém mais se acidente da mesma forma.

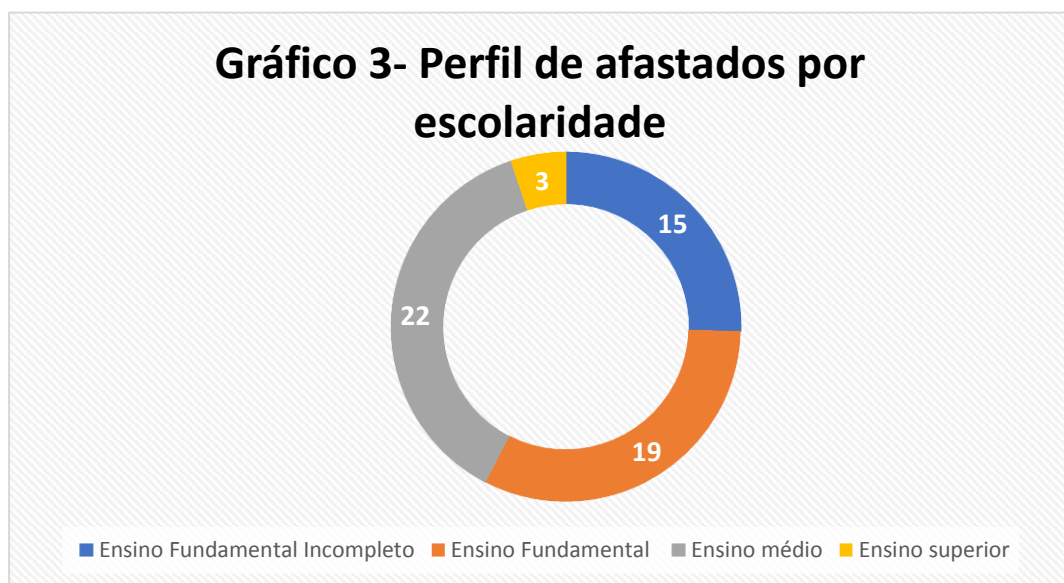


Vê-se que de 59 usuários, 32 estão afastados por motivos de doença, 25 estão afastados por aposentadoria (por invalidez ou acidentaria) e apenas 2 estão afastados por acidente de trabalho⁷. O ramo da construção civil está entre os segmentos que mais registram acidentes de trabalho no Brasil, ficando em primeiro lugar em incapacidade permanente e o segundo em mortes de acordo com a Associação Nacional de Medicina do Trabalho. A empresa pesquisada trabalha severamente na prevenção desses acidentes, portanto, identificamos uma prevenção efetiva dado o baixo número de acidentes. Também se pode perceber que a maioria dos afastamentos da empresa são de auxílio-doença. A partir da minha experiência na empresa, os tipos de doença mais presentes são: dores e inflamações (musculares, nas costas, ombros); problemas mentais; problemas na coluna e joelho. Em nossa

⁷ A partir de minha experiência como estagiária na empresa identifiquei que as principais causas de afastamento por acidente são: de percurso (quando o segurado sofre o acidente indo ou voltando da obra), fora do trabalho e na obra.

compreensão esses afastamentos estão ligados hegemonicamente ao processo de superexploração da força de trabalho, que promove a exaustão da força física dos trabalhadores. O aumento da exploração promove, também, a ampliação do adoecimento.

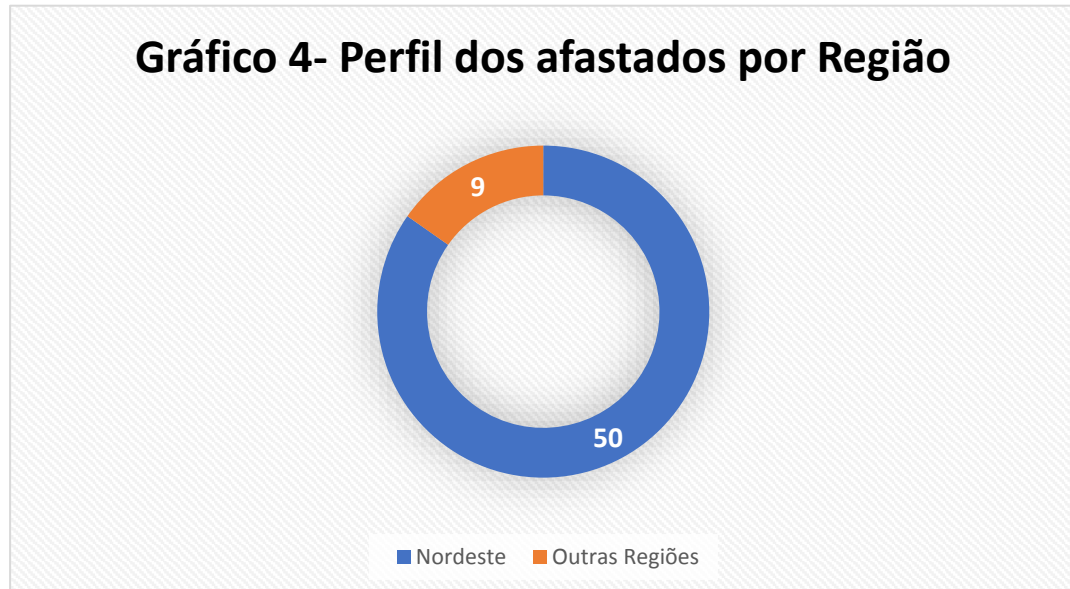
O quarto indicador analisado é a escolaridade. Devido à grande quantidade de trabalhadores em uma construção, é importante traçar o nível de escolaridade dos mesmos. Os afastados do trabalho são em grande maioria os chamados “peões”, que realizam trabalhos braçais que não requerem muita qualificação.



Fonte: Elaboração própria

Com base na análise da escolaridade, vê-se que apenas 22 afastados possuem ensino médio completo, e dentre eles somente 3 possuem ensino superior. Dentre os analisados 19 pessoas concluíram o ensino fundamental e 15 pessoas não concluíram. Com esse dado, podemos prever que ao terminar o ensino médio, a maioria dos usuários já parte para o ambiente de trabalho, sem ter oportunidade para novas qualificações e acumulando anos de trabalho braçal que podem resultar em posteriores danos à saúde.

O último indicador a ser analisado é a região em que os segurados residem. Com base na análise feita até aqui, pode-se perceber um perfil específico de usuários que fazem parte da maioria no trabalho na construção civil.



Fonte: Elaboração própria

Dos 59 segurados analisados, apenas 9 residem na região Sudeste, o restante se encontra no Nordeste. Como a obra analisada enquanto ainda ativa estava localizada em Recife/PE, todos os seus funcionários residiam em uma localidade próxima ou na zona rural, tendo um ônibus que os levava para a obra diariamente. Com esse último dado, pode-se montar perfeitamente o estereótipo já existente sobre trabalhadores de construções civil, como demonstrado por Oliveira e Iriart (2008) e por Santana e Oliveira (2004) em seus estudos: um perfil de homens, nordestinos que residem no interior ou Zona Rural e com baixa escolaridade. Não apenas nas obras do Nordeste como em todo país, nordestinos são atraídos por trabalhos em construção e se mudam para outras áreas do país em busca de oportunidades nessa área. Apesar da obra analisada se localizar em Pernambuco, em todas as obras da construtora encontramos pessoas originárias do Nordeste.

Como uma empresa capitalista inserida na lógica do valor suas condições de produção foram intensificadas. Através da análise do perfil dos trabalhadores afastados percebe-se algumas das razões dos afastamentos. Os processos de globalização e produção em massa levaram a intensificação da produção e contribuíram para o processo de adoecimento dos funcionários, que tem sua mão de obra substituída quando não é mais útil ao capital. Compreender e explorar as questões que envolvem a saúde do trabalhador nesse caso deveria ser uma das funções do Serviço Social, contudo, muitas vezes não há o interesse das empresas

nessa função. A seguir, faremos uma análise das funções e do papel do Serviço Social na empresa pesquisada, diante do cenário exposto.

3.2 O trabalho do assistente social na instituição pesquisada: os afastamentos e a reinserção profissional face ao projeto ético-político

Através dos marcadores sexo, idade, tipo de benefício e escolaridade traçamos o perfil dos usuários do Serviço Social. Vemos que o perfil é composto por nordestinos, do sexo masculino, com apenas o ensino médio concluído. Pode ser destacado, por um lado, o baixo nível de escolaridade relacionada ao acesso excludente da educação no Brasil, acirrada pela inserção precoce no mercado de trabalho (que não exige qualificação profissional). Por outro lado, destaca-se a grande quantidade de afastamentos por motivos de doença associada a precariedade do trabalho exercido, que acaba exigindo mais dispêndio de força física do trabalhador.

Na particularidade das empresas privadas, o Serviço Social enquanto profissão assalariada participa da produção de mais-valia como parte do trabalho coletivo. Portanto, seu empregador espera que ele contribua para o processo de ampliação de valor, estabelecendo funções e impondo condições para realização da ação profissional, o que gera uma tensão com seu compromisso junto à classe trabalhadora. Em outros termos, o assistente social é requisitado a desenvolver ações de controle que impeçam ou minimize possíveis danos para a produção do valor.

A mercadoria trocada pelo assistente social é sua força de trabalho, portanto, ao ser requisitado, a empresa deseja que as ações da profissão sejam voltadas para seus interesses institucionais. A força de trabalho comprada é incorporada ao processo de produção e valoriza o capital, ou seja, produz mais-valia para o empregador. Contudo, essas ações são tensionadas pela contradição entre capital e trabalho, isto é, embora a empresa busque se apropriar do trabalho profissional a partir de seus interesses, reconhecemos, também, que a existência do Serviço Social na empresa é, contraditoriamente, uma conquista dos trabalhadores. Nesse sentido, acreditamos que a profissão precisa estar articulada as organizações sindicais e instâncias representativas dos trabalhadores da construção civil de modo a incidir na correlação de forças e contribuir para consolidação de uma autoimagem vinculada à luta dos trabalhadores. Esse processo pode ampliar a autonomia relativa do

profissional, aumentando as possibilidades de ações que respondam aos interesses dos usuários dos serviços.

Na empresa pesquisada o Serviço Social faz parte do departamento de QSMS que é dividido entre as equipes de saúde, meio ambiente e segurança do trabalho. O Serviço Social não está vinculado diretamente a nenhuma das equipes citadas, ela é uma equipe independente que conta com uma assistente social e duas estagiárias. É importante perceber que a equipe não está incorporada na sigla do departamento, embora vinculada a ele. Esse fato revela a subalternidade profissional, visto que é uma equipe pequena e tem seu trabalho invisibilizado frente aos demais equipamentos. O atendimento feito pela equipe é voltado para os trabalhadores da construtora, envolvendo também os trabalhadores alocados nos escritórios, contudo, como já pontuado, o principal público do Serviço Social é dos trabalhadores que fazem parte das obras, ativas ou desmobilizadas.

O Serviço Social na matriz, em específico, atende ao passivo de funcionários com afastamentos previdenciários, (por motivos de doença, acidente, aposentadoria por idade/tempo de contribuição) que estão recebendo benefícios ligados ao INSS. A categoria profissional só atua nas obras desmobilizadas, ou seja, que não estão mais em atividade. Nas obras desmobilizadas⁸ o Serviço Social tem uma responsabilidade maior, visto que o empreendimento não possui mais estrutura, nem equipe ativa em seu CNPJ, portanto, mantém-se contato direto com os funcionários, monitorando os afastamentos, auxiliando nos processos de reabilitação e retorno ao trabalho. Nas obras ativas a equipe só faz o monitoramento mensal, pois o acompanhamento direto é feito pelas equipes alocadas em cada obra. Observamos que a atuação em obras já desmobilizadas impede o desenvolvimento de ações socioeducativas e preventivas, colocando limites para trabalho do assistente social. Esse recorte demonstra pouca incidência da profissão ao longo da execução das obras e a impossibilidade de desenvolvimento de programas e projetos junto aos trabalhadores. Atendemos, objetivamente, os trabalhadores que se tornaram um “problema” para instituição.

O Serviço Social ao supervisionar e acompanhar o passivo de afastamentos previdenciários desenvolve tais funções: contato direto com as do INSS; auxilia os processos de reabilitação e manutenção dos benefícios; encaminha para exames de

⁸ Como obras desmobilizadas dizemos as obras que já foram encerradas, porém restou o passivo previdenciário, ou seja, funcionários que durante o funcionamento da obra se afastaram por incapacidade temporária ou permanente junto ao INSS e se mantêm ligados a empresa.

retorno ao trabalho ou acompanhamento com o médico do trabalho; estabelece contato com funcionários que estão afastados a muitos anos em busca de realizar o acompanhamento e atualização de seus casos; acompanha junto ao jurídico nos casos judiciais que envolvem situações previdenciárias; acompanha casos de reabilitação e realocação do profissional pós-retorno ao trabalho, entre outros. O Serviço Social também auxilia os segurados em questões de benefícios como plano de saúde⁹, envio de atestados médicos e, devido a situação da pandemia, passou a fazer o acompanhamento e monitoramento dos casos de COVID, auxiliando as famílias em casos de necessidades pessoais do paciente/funcionário. Nos interessa como objeto deste trabalho, dentro do rol das atividades realizadas pelo Serviço Social, analisar em específico o seu papel dentro do problema do afastamento e reinserção profissional após a liberação do INSS.

O trabalho do Serviço Social junto aos segurados dentro da empresa pesquisada é acompanhar todo o processo de afastamento, desde a realização do encaminhamento para o INSS. Quando é recebida a carta de comunicação informando que o segurado está afastado e gozando de algum benefício previdenciário o Serviço Social faz o acompanhamento junto ao INSS e, quando cessado o benefício, o segurado é encaminhado para reabilitação profissional ou para realização do exame de retorno ao trabalho junto à empresa.

Em específico, o Serviço Social mantém contato direto com o usuário desde o momento de concessão de seu benefício, através de e-mails e telefonemas, assim como mantém contato com o INSS para monitoramento do benefício. O contato com o INSS é realizado através do número de atendimento 135 ou o site Meu INSS, que, com os dados do funcionário, informa a situação de afastamento do mesmo. Essas informações nem sempre são atualizadas, o que torna importante o contato direto com o afastado. O monitoramento dos benefícios é feito através de uma planilha que não apenas permite a equipe visualizar e controlar melhor o passivo dos usuários afastados, ela serve, também, para o controle da empresa sobre eles, uma vez que mensalmente o Serviço Social a encaminha para a gerência.

⁹ O Serviço Social realiza atendimentos referentes ao plano de saúde e passa as questões para o departamento de benefícios, que resolve a situação e oferece a devolutiva para o setor, que informa o usuário. Também é feito a busca de médicos credenciados, ou o contato e acompanhamento com os mesmos, em caso de acidentes de trabalho.

O assistente social não participa diretamente da realização exame de retorno, mas faz o contato entre o segurado e a equipe de saúde, agendando um melhor dia e lugar para a realização do exame. A empresa é quem analisa se o funcionário está apto ou não a retornar com as suas atividades e caso opte pela dispensa, essa responsabilidade não é do Serviço Social. Quando o benefício do segurado é cessado ele passa por uma perícia junto ao INSS e, independente de qual o tipo do seu benefício, se o perito achar necessário sua readaptação ou reeducação profissional, o mesmo é encaminhado à reabilitação profissional. Nesses casos, o Serviço Social fica em contato direto com a orientadora do INSS, que passa para a empresa os requisitos para a reabilitação do trabalhador. Baseado nas exigências passadas pelo INSS, o Serviço Social busca um curso no sistema S¹⁰ que atendam aos requisitos necessários para readaptação do funcionário ao trabalho e a empresa assume todos os custos. Esse processo pode ser concluído em até 3 meses, quando feito pelo INSS pode levar anos para conclusão e liberação do funcionário para retornar ao trabalho.

Neste campo, as atividades exercidas pelo Serviço Social estão diretamente ligadas a garantia do direito previdenciário de afastamento profissional, operacionalizado no interior da política previdenciária através do INSS. A reabilitação profissional, item aqui em questão, é um serviço disponibilizado pelo próprio INSS aos segurados que por algum motivo estão incapazes de realizar suas atividades laborais, decorrentes de acidente de trabalho ou afastamentos por doenças. O INSS deve fornecer os meios necessários para a readaptação ou reeducação profissional dos segurados, para que esses estejam aptos a retornar ao trabalho. Esse serviço é ofertado por meio de uma equipe multidisciplinar e, após sua conclusão, é emitido um certificado atestando que o segurado passou pela reabilitação e está apto a assumir uma nova função na sua reinserção ao mercado de trabalho.

Esse trabalho também é aviltado pela precarização. Na empresa pesquisada se expressa, por exemplo, no número de profissionais que atendem na equipe, sendo apenas uma assistente social para um número muito grande de usuários, impossibilitando a realização de um trabalho crítico e analítico, com propostas

10 Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional: assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Fonte: Agência Senado. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s> > acesso em 18 de janeiro de 2022

interventivas. A falta de corpo profissional reduz as possibilidades de atuação profissional, nessa conjuntura não se consegue fazer muito além do que é requisitado pela instituição. A própria demanda de trabalhadores afastados está sempre aumentando, porém, a equipe não cresce proporcionalmente a isso, torna-se um desafio dar conta das demandas dos usuários. As novas formas de contrato também impactam o trabalho dos assistentes sociais da empresa. A contratação de trabalhos temporários, terceirizados ou ligados a CNPJS de obras, sem fazer parte da empresa efetivamente, retiram a possibilidade de incidência do trabalho do Serviço Social junto a esses usuários.

O assistente social tem seu trabalho orientado pelo projeto profissional crítico, contudo, não possui todos os meios necessários para a realização de sua atividade. Assim como os demais trabalhadores, o profissional do Serviço Social é um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho e atende as demandas da instituição e dos trabalhadores. Compreendemos que a existência do Serviço Social na empresa reflete demandas não só do capital, mas, também, do trabalho. O acompanhamento do Serviço Social na empresa é uma conquista dos trabalhadores, contudo, a forma de absorção da categoria vem sendo marcada predominantemente pelo interesse dos empregadores na busca pela incessante pela ampliação da taxa de mais-valia.

É necessário mencionar que o trabalho do Serviço Social está ligado a capacidade de reprodução da força dos trabalhadores. Para a empresa os trabalhadores afastados não podem ter seu trabalho explorado, dessa forma, deixam de ser úteis. Os afastamentos profissionais são conquista dos trabalhadores, porém, ao assegurar esse direito previdenciário a mão-de-obra é imediatamente substituída. Queremos chamar a atenção que há uma tensão entre o direito previdenciário e a perda do posto de trabalho, esse processo está inserido no âmbito do conflito entre capital e trabalho. De acordo com Iamamoto:

As condições que peculiarizam o trabalho do assistente social são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. Como as classes sociais só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, o trabalho profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses, tendendo a ser cooptado pelas que têm uma posição dominante. Reproduz, também pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital e do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, como ao mesmo tempo, e pela mesma atividade, da resposta às

necessidades de sobrevivência da classe trabalhadoras, da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política coletiva para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, embora não se possa excluir esses atores do contexto do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2006, p.11)

É nesse campo de tensão e contradição que se insere o trabalho do assistente social, ao assegurar o direito ao afastamento (que reconhecemos como uma conquista dos trabalhadores), contraditoriamente, contribui para o processo de substituição da força de trabalho, ou seja, participa, pela mesma atividade, do processo de reprodução da força de trabalho e dos mecanismos de exploração e dominação. Tendo em vista essa contradição latente é de fundamental importância que o Serviço Social consiga avançar na perspectiva de construir estratégias profissionais que fortaleçam os interesses dos trabalhadores.

Outra questão latente que se apresenta como contradição no campo do trabalho situa-se no fato de que, quando aprovado o retorno ao trabalho pelo INSS, a empresa dispensa o funcionário. Ele é substituído por uma mão-de-obra saudável, que não precisou ser afastada ou reabilitada. É preciso demarcar que o Serviço Social não participa e não incide sobre o processo de dispensa do trabalhador, contudo, acreditamos que esse *modus operandi* da empresa afeta diretamente o compromisso do assistente social com a classe trabalhadora. Ou seja, ao atuar na perspectiva de reabilitação e reinserção do trabalho o assistente social está, contraditoriamente, acelerando a liberação da força de trabalho.

O assistente social na empresa estudada trabalha sempre no limite entre as necessidades do trabalhador e os objetivos de acumulação e exploração vindos da empresa. A trajetória do profissional dentro da instituição é permeada pelo antagonismo entre as demandas do trabalhador e a dos empregadores, detendo uma autonomia relativa, visto que em seu cotidiano profissional é necessário responder as exigências do empregador, que, como podemos ver, divergem dos compromissos firmados pela profissão.

Essa tensão também se expressa na requisição institucional pela aceleração da reabilitação, onde o Serviço Social é demandado pela empresa a impulsionar o processo de retorno ao trabalho. A conclusão do processo de reabilitação profissional ofertado pelo INSS é marcado pela demora, a empresa, durante esse processo, continua com o funcionário em seu quadro, gerando custos com despesas

trabalhistas. Nesse cenário, a empresa requer que o assistente social atue na perspectiva de acelerar esse processo. Percebe-se que mesmo regidos pela CLT, vínculo relativamente mais estável, os trabalhadores são expostos a processos de alta rotatividade no trabalho. Os processos de flexibilização do trabalho oriundos com a ascensão do neoliberalismo e acirrados pelo crescimento do desemprego reconfiguram a lógica do trabalho. Mesmo com o trabalho regulamentado o adoecimento significa a médio prazo a demissão do trabalhador que é lançado de volta ao exército de reservas colocando suas famílias em situação de vulnerabilidade.

No âmbito da aceleração do retorno ao trabalho, quando o Serviço Social é requisitado a impulsionar os processos de reabilitação para que o funcionário retorne mais rápido à empresa, acaba lançando-o mais depressa a situação de desemprego. Isto é, a empresa quer acelerar esse processo não para ter o trabalhador de volta, ao contrário, ela busca, sobretudo, acelerar o processo de dispensa, buscando desvincular o trabalhador de seu quadro e acabar com seu vínculo com a empresa, cessando os custos trabalhistas que ele gera. Nesse campo, se o Serviço Social responde à requisição de seu empregador ele está, objetivamente, ferindo nossa vinculação com os interesses dos trabalhadores. Caso ele não responda aos interesses do empregador ele pode perder seu posto de trabalho. Há, portanto, um campo contraditório, ao participar do processo de aceleração da dispensa do trabalhador compromete os compromissos firmados em nosso código de ética. As requisições institucionais são, portanto, antagônicas aos valores e princípios defendidos pela categoria.

É importante pontuar que a categoria profissional não tem autonomia para manter a força de trabalho afastada, visto que a decisão de afastamento ou liberação do funcionário vem inteiramente do INSS, enquanto a decisão de demissão, após o retorno do funcionário para a empresa, também não parte do Serviço Social pois é uma decisão gerencial. Contudo, fomentar o processo de aceleração tem sido uma responsabilidade do Serviço Social, acreditamos, a partir da reflexão crítica sobre essa prática, que é necessário dialogar com os trabalhadores afastados e reconhecer sua condição de vida de modo a identificar os danos ocasionados pela aceleração da reabilitação. Acreditamos que, se o trabalhador não desejar o desligamento da empresa, o assistente social deve, sempre que possível, retardar o processo de

aceleração da reabilitação. Sabemos, também, que esse é um campo de extrema tensão.

É no âmbito da autonomia relativa e da tensão entre o projeto ético-político e a demandas do empregador que podemos compreender a ocultação do nome da empresa no presente trabalho. O trabalho sem estabilidade, regulamentado pela CLT apresenta uma limitação da autonomia relativa dos assistentes sociais. Ou seja, a desregulamentação do trabalho e o processo de desemprego estrutural vem afetando, também, as condições de trabalho dos assistentes sociais, promovendo uma intensa precarização de seu trabalho. Ao ocultar o nome da empresa estamos resguardando o espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais, que, dada a natureza crítica de nossa reflexão, pode ocasionar a perda do posto de trabalho. Os mecanismos de controle gerencial do trabalho envolvem buscas pelo nome da empresa na internet, o que impede ou restringe nossa capacidade de produzir conhecimento nesta esfera. Pode-se perceber, também, que este espaço sócio-ocupacional é marcado por uma tensão acirrada entre empregadores e assistentes sociais, isto é, a possibilidade de respostas profissionais que favoreçam a classe trabalhadora desfruta de um campo restrito, exigindo um campo mais adensado de mediações. Em outros termos, acreditamos que a necessidade de omitir o nome da empresa pesquisada reflete um campo de tensão ao trabalho profissional orientado pelo projeto ético-político construído pelos/as assistentes sociais.

Conforme debatido por Abreo e Fávaro (2001), identificamos a partir da análise até aqui empreendida que o trabalho do assistente social na empresa em questão ainda tem relações diretas com as exigências de eficiência e produtividade impostos pelo capital, necessitando avançar radicalmente na administração dos seus recursos sociais e nos níveis decisórios da organização. De acordo com Mota (2010), o Serviço Social pode ser requisitado para realizar trabalhos socioeducativos e assistenciais com os empregados e seus familiares (MOTA, 2010). No caso da empresa em questão, como podemos ver, o assistente social também não realiza nenhum trabalho socioeducativo junto aos empregados e seus familiares. A ausência de ações profissionais nessa área restringe a possibilidade de vinculação do trabalho aos interesses dos trabalhadores, reforçando uma autoimagem vinculada aos empregadores. Restringe o espaço criativo do trabalho, colocando-a numa dimensão burocratizada.

Como podemos ver, o Serviço Social ainda está vinculado à função de administrador de recursos sociais, mantendo-se apenas no âmbito do atendimento de serviços diretos, por meio de ligações informativas, atendimentos para monitoramento, agendamento de exames, entre outros. Compreender e desbravar as questões que envolvem o processo de saúde dos trabalhadores deveria ser uma das funções do Serviço Social ao agir de forma crítica e analítica sobre o direito dos trabalhadores, mas não é de interesse do capital que o faça.

Trata-se de uma dinâmica institucional que vai transformando insidiosamente a própria natureza da profissão de Serviço Social, sua episteme de profissão relacional, fragilizando o trabalho direto com segmentos populares em processos de mobilização e organização, e o desenvolvimento de trabalho socioeducativo numa perspectiva emancipatória. (RAICHELIS, 2011, pag. 433)

Nesse sentido, a empresa esvazia as possibilidades de ação do assistente social na perspectiva de fortalecimento dos trabalhadores. Por exemplo, devido à grande quantidade de afastados que são geridos e acompanhados pelo Serviço Social, não há espaço para criar uma relação de proximidade com os usuários. As atividades exercidas acabam sendo rotineiras e mecânicas, ligadas apenas a esfera dos afastamentos profissionais. Não há uma atuação que incida em mudanças significativas na vida dos trabalhadores, ações essas que poderiam ser construídas a partir da elaboração de programas ou projetos ligados à saúde do trabalhador.

Como visto no segundo capítulo, o Serviço Social surge no Brasil vinculado ao pensamento conservador. Primeiramente influenciado pela doutrina da igreja católica e, posteriormente, pelo positivismo. Sua atuação se caracterizou pelo controle da classe trabalhadora, sendo uma das formas de intervenção pública na esfera privada. No âmbito do processo de reprodução das relações sociais burguesa o Serviço Social esteve historicamente a favor do projeto empreendido pela classe dominante, seus posicionamentos se orientaram pelo ajustamento da classe trabalhadora ao modo de produção capitalista visando reduzir os conflitos no âmbito da luta de classes. A empresa privada ainda hoje permanece com essa visão, requisitando ações dos assistentes sociais reprodutoras de uma autoimagem vinculada aos interesses empresariais, onde o Serviço Social deve atuar na perspectiva de ampliar o controle sobre o trabalho e ampliar a taxa de lucro apropriada pelos capitalistas. Portanto, os

avanços construídos pela categoria encontram um campo de viabilização mais estreito na esfera privada.

A forma pela qual o assistente social é demandado por seus empregadores faz com que os usuários identifiquem a equipe como uma profissão completamente vinculada à empresa, e, portanto, desvinculada dos interesses dos trabalhadores. Esse fato reflete diretamente no trabalho e no relacionamento com os usuários, que não desenvolvem uma confiança e reconhecimento enquanto classe trabalhadora na profissão. Nesse cenário, a construção de uma autoimagem crítica, vinculada aos interesses dos trabalhadores ainda é um espaço de disputa e podemos dizer que ainda falta uma longa caminhada para a profissão.

Parece que o trabalho desempenhado pela equipe responde às requisições institucionais e encontra dificuldade em avançar no campo das demandas dos trabalhadores, esse processo pode ser fruto da restrita autonomia profissional dentro do espaço privado. Contudo, a equipe busca diariamente a possibilidade de realizar trabalhos que excedam as requisições institucionais, como, por exemplo, se responsabilizar por afastamentos de obras ainda em atividade, onde a possibilidade de intervenção e prevenção é maior. Também é uma luta do Serviço Social dentro da empresa a tentativa de contratação dos funcionários reabilitados pelo INSS, que normalmente são diretamente dispensados. Uma estratégia usada pela equipe para negociar essas contratações é usar o argumento das cotas PCD (Pessoas com Deficiência), aonde os segurados reabilitados são equiparados as pessoas com deficiência para o preenchimento das vagas no sistema de cotas. De acordo com a Lei nº 8.213/91 as cotas PCD variam de 2% a 5% dos postos de trabalho, a variar pelo tamanho da empresa, e as empresas que não cumprirem com a cota pagam uma multa equivalente ao percentual que não foi cumprido.

Acreditamos ser função de nosso trabalho traçar reflexões e possibilidades para o trabalho profissional nessa conjuntura adversa. Uma possibilidade de romper com a lógica empresarial é a reivindicação dos trabalhadores para que o Serviço Social também dê conta das demandas oriundas do trabalho. Esse processo precisa ser feito com base na análise institucional, buscando articulação com parceiros de outras categorias profissionais que se afinem com os princípios de nosso projeto. Uma mediação importante é buscar articulação com segmentos organizados dos trabalhos no espaço da empresa, buscar identificar os campos de resistências, de modo que

possamos fortalecer uma autoimagem profissional reconceituada, vinculada aos interesses dos trabalhadores. Acreditamos que assegurar essa autoimagem excede o corpo profissional, ela precisa estar alinhada as lutas e espaços de resistências da classe trabalhadora.

Orientar o trabalho nos rumos requeridos no âmbito do projeto profissional crítico requer um intenso e aprofundado conhecimento sobre o processo de adoecimento, de forma que o Serviço Social possa reivindicar programas que atendam tanto as necessidades dos trabalhadores afastados, quanto incidam na forma preventiva sobre os possíveis futuros casos de afastamentos. Com base em seu projeto ético-político o Serviço Social pode realizar atividades como o acompanhamento mais próximo dos funcionários através da realização de grupos, realizar o levantamento do perfil dos empregados e o motivo dos afastamentos, para que se possa trabalhar na prevenção dos mesmos. Produzir conhecimento sobre os trabalhadores usuários é uma questão relevante para construir respostas profissionais que excedam a dinâmica das demandas institucionais. De acordo com Iamamoto:

Nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social, é de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho – e correspondentes expressões culturais – dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre os sujeitos e as expressões da questão social que as vivenciam. O conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Esse conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela prática social em geral e particularmente pela mídia. Isso requer, também, estratégias técnicas e políticas no campo da comunicação social – no emprego da linguagem escrita, oral e midiática –, para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais para além das demandas instituídas. (IAMAMOTO, 2009, p. 25)

Acreditamos que para além dessas ações, o Serviço Social também deve avançar na discussão sobre a segurança do trabalho, para além do atendimento posterior ao acidente. Assim a equipe pode atuar na prevenção ou no entendimento das causas dos mesmos, sem atribuir a responsabilidade da segurança do trabalho ao próprio empregado. Abre-se, também, um espaço de articulação mais orgânica e menos burocratizada com os usuários. Consideramos ser importante que o Serviço Social tenha um espaço de socialização de informações com o trabalhador desligado,

de modo que possa orientá-lo sobre programas e políticas existentes para pessoas sem renda.

Dentro desse do espaço empresarial, com a autonomia restrita e com pouca possibilidade de criação, identificamos que é possível vincular a ação profissional ao projeto ético-político, construindo instrumentos que permitam o conhecimento do usuário, de seus familiares e das causas de afastamento. Como podemos ver, os desafios são grandes e o espaço ocupacional na esfera produtiva traz contornos particulares para o PEP. Acreditamos que a atuação orientada por este projeto permite-nos realizar uma crítica as requisições institucionais e traçar uma intervenção crítica, vinculada aos trabalhadores. Somente por essa mediação podemos construir respostas profissionais mais próximas das demandas dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossas considerações finais pontuando, em primeiro lugar, que o debate travado ao longo dessa pesquisa não esgota o assunto. Ainda há muito o que se compreender no que se referente a atuação dos assistentes sociais nas empresas privadas, em especial dentro do cenário do afastamento e reinserção profissional. As discussões aqui colocadas foram direcionadas a partir da sistematização apreendidas no campo de estágio, em conjunto com a base teórica estudada para fundamentar o trabalho.

Os elementos aqui colocados no âmbito da reestruturação produtiva e da hegemonia neoliberal impactam os usuários do Serviço Social, assim como os próprios profissionais, uma vez que compreendemos o assistente social como parte da classe trabalhadora. Dessa forma, a profissão também enfrenta os desafios e transformações no mundo do trabalho, visto que sua força de trabalho só se consolida como tal quando através dos recursos empreendido por seus empregadores. Na empresa, o profissional é diretamente subordinado ao capital e está situado em um contexto adverso. Vive-se, portanto, uma relação desafiadora e conflituosa em sua atuação, o que, por sua vez, requer uma constante análise institucional e vinculação aos interesses dos trabalhadores.

No âmbito do Serviço Social na empresa identificamos uma baixa produção bibliográfica, ainda mais quando voltada ao ramo da construção civil. A falta de problematização desse espaço sócio-ocupacional é refletida, inclusive, nos limites de nosso trabalho. Acreditamos que, no contexto empresarial, o Serviço Social passa por um processo de constantes tensões profissionais visto que a lógica do valor é contrária aos valores e princípios hegemônicos na categoria profissional. A lógica de valor perpassa o processo de trabalho coletivo e impacta diretamente o cotidiano do trabalho profissional, que tem, por um lado, suas relações trabalhistas fragilizadas, e por outro, uma requisição institucional vinculada à ampliação do valor.

Observamos nesse trabalho que o Serviço Social na empresa pesquisada atualmente atua de forma rotineira, respondendo hegemonicamente as demandas institucionais. Pela natureza das requisições atribuídas à profissão identificamos a persistência de uma autoimagem conservadora, vinculada ao controle dos trabalhadores. Nesse cenário identificamos a necessidade de avançar na direção de uma autoimagem vinculada aos trabalhadores, acreditamos que a administração dos

recursos sociais dentro da organização apresenta-se como uma das possibilidades. É preciso, também, levantar informações, produzir conhecimentos e atuar na perspectiva de ampliar o espaço sócio-ocupacional do assistente social na empresa. Também precisamos pontuar que há resistências profissionais, alicerçadas na direção estratégica defendida pela categoria profissional.

Acreditamos ser função do Serviço Social traçar estratégias e reflexões para o trabalho em meio a essa conjuntura adversa, mas esse também é um desafio para os trabalhadores em geral. O assistente social não pode assumir, para si, a responsabilidade de manter o profissional reabilitado na empresa. É preciso que tenhamos nítido que a mudança desse processo não cabe única e exclusivamente a nossa categoria, ele envolve a participação ativa das organizações representativas dos trabalhadores para exercer pressão sobre os empregadores. Acreditar que cabe ao Serviço Social reverter esse quadro é uma compreensão messiânica. Portanto, a mudança nesse quadro deverá se dar a partir de um campo de luta que excede o próprio Serviço Social.

No âmbito da aceleração do retorno ao trabalho como função do assistente social, concluímos que esta ação é incompatível com o PEP. Baseado em nossa discussão até aqui, vê-se que tal função colocada para a profissão é contrária aos interesses da classe trabalhadora na medida tal medida ocasiona perdas de proteção social e desemprego. Contudo, dentro da dinâmica institucional e da precarização das relações de trabalho, a profissão é impulsionada a realizar essa função como forma de garantia de seu posto de trabalho. Acreditamos que seja necessário conhecer o usuário, suas condições familiares e as múltiplas expressões da questão social presente para que, dessa forma, podemos mensurar o impacto da desvinculação da empresa. Esse conhecimento é fundamental, acreditamos que se o trabalhador deseja permanecer vinculado à empresa o Serviço Social não deveria impulsionar a aceleração da reabilitação.

Por essa e outras razões citadas nesse trabalho, é preciso conhecer para enfrentar os desafios profissionais que se situam na contradição entre o capital e trabalho. Dentro do espaço da empresa privada, percebemos que o assistente social desfruta de uma autonomia restrita e com pouca possibilidade de atuação criativa. A partir das reflexões aqui tratadas, identificamos que é possível traçar estratégias

profissionais que permitam vinculadas ao projeto ético-político mesmo atuando num espaço dominado pela lógica do valor.

Para tanto, no que diz respeito ao trabalho do assistente social dentro da empresa, deve-se refletir e produzir ações que sejam capazes de enfrentar as contradições postas ao seu exercício profissional, sem perder de vista os princípios do Serviço Social. Cita-se como possíveis estratégias o avanço da profissão na elaboração e gestão de projetos que envolvam seus usuários e a realização de mapeamento dos afastamentos e suas causas, de modo a conhecer o perfil de seus usuários e gerar atividades de prevenção. Além de buscar a proximidade com os usuários de forma que possibilite a socialização de informações que possam ajudar o funcionário mesmo quando desligado, como orientações de programas e políticas para pessoas sem renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREO, Ana Carolina S. B. de & FÁVARO, Cláudia R. Demandas de Serviço Social no setor empresarial. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 4, n.1, p. 45-57, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v4.pdf>> Acesso em: 02 de agosto de 2021.

_____; FÁVARO, Cláudia R. Demandas do Serviço Social no setor empresarial. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 4, n. 1, p. 27-43, jul./dez. 2001. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v4.pdf>> Acesso em: 02 de agosto de 2021.

ANTUNES, Ricardo, PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cbc3JDzDvxTqK6SDTQzJJLP/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 08 de julho de 2021.

AMARAL, Ângela S.; CESAR, Monica J. O Trabalho do Assistente Social nas Fundações Empresariais. In: Serviço Social: Direito e Competências, CFESS, 2009, Brasília. Disponível em: <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/w17733qX1V6pk9807jzK.pdf>> Acesso em: 02 de agosto de 2021.

BEZERRA, Juliana. Revolução Industrial. Toda matéria, 2020. História. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/revolucao-industrial/>> Acesso em: 12 de agosto de 2021.

BEHRING, Elaine R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. SER Social, Brasília, v. 18, n. 38, p. 13-29, jan.-jun./2016. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/421y2S7XN6T30Z93f973.pdf>> acesso em: 18 de agosto de 2021.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: <http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/politica_social_fundamentos_e_historias_-_behring_boschetti.pdf> Acesso em: 19 de agosto de 2021.

_____. Política Social no contexto da crise capitalista. In: Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais, CFESS/ABEPSS, 2009, Brasília. Disponível em< <https://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/3.6-Pol%C3%ADtica-social-no-contexto-da-crise-capitalista-%E2%80%93-Elaine-Rossetti-Behring.pdf>> Acesso em: 19 de agosto de 2021.

BRAGA, Ruy.; MARQUES, Joana. Trabalho, globalização e contramovimentos: dinâmicas da ação coletiva do precariado artístico no Brasil e em Portugal. *Sociologias*, v. 19, n. 45, p. 52-80, 2017. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/70325>> Acesso em: 26 de agosto de 2021.

DRUCK, Graça. A terceirização no serviço público brasileiro: instrumento de privatização do Estado. In: FONACATE, *Cadernos da Reforma Administrativa*, 17., 2021, Brasília, p. 3-19. Disponível em: < <https://fonacate.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Cadernos-Reforma-Administrativa-N.-17.pdf>> Acesso em: 08 de novembro de 2021.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora inglesa*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: *Revista Serviço Social & Sociedade* n. 62, p. 5-34. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: *Serviço Social e Saúde*. 1ª ed. São Paulo/Brasília: Cortez/ Ministério da Saúde, 2006.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: *Serviço Social: Direito e Competências*, CFESS, 2009, Brasília. Disponível em: < <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>> Acesso em: 02 de julho de 2021.

_____. O Serviço Social na Cena Contemporânea In: *Serviço Social: Direito e Competências*, CFESS, 2009, Brasília. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>> Acesso em: 15 de julho de 2021

_____; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 41. Ed. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 27. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

JESUS, Selma C. S.; DUTRA, Renata Q.; ARAÚJO, Maurício A. *Neoliberalismo e Flexibilização da Legislação Trabalhista no Brasil e na França*. UNIFACS, 2018, n. 218. Disponível em: < <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/5571>> Acesso em: 06 de junho de 2021

MATTOSO, Jorge E. L.. Globalização, neoliberalismo e flexibilização. In: Arruda Jr., Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre Luiz (Orgs). Curitiba, 1998.

MARCONSIN, Cleier; FORTI, Valeria; MARCONSIN, Adauto F. Neoliberalismo e reestruturação produtiva: debatendo a flexibilização dos direitos trabalhistas no Brasil. Serv. Soc. Rev., Londrina, V. 14, N.2, P. 23-46, Jan./Jun. 2012. Disponível em: < <file:///C:/Users/larissa.teodoro/Downloads/11614-54921-1-PB.pdf>> Acesso em: 18 de agosto de 2021.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDES, Jussara M. R.; WUNSCH, Dolores S. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 461-481, jul./set. 2011.

MINAYO, Maria C. S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 31. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOTA, Ana E.; AMARAL, Ângela S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Uma nova legitimidade para o Serviço Social de empresa. Revista Serviço Social & Sociedade nº 25, p. 139-47. São Paulo: Cortez, 1987.

MORAES, Sâmia. B; ABREU, Jamilyly. M; LIMA, Emanuella. C; RABELO, Mícia. L. S. A Efetivação Do Serviço Social Na Empresa: cotidiano e desafios profissionais. In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2015, São Luiz.

NETTO, José. P.; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social- Módulo 1., 1999, Brasília, Cead/ABEPSS/CFESS. Disponível em: < https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf> Acesso em: 04 de outubro de 2021.

_____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. Revista Serviço Social & Sociedade nº 84, p. 06-18. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: < <file:///C:/Users/Larissa/Downloads/27091800.PDF>> Acesso em: 19 de outubro de 2021.

ORTIZ, Fátima G. O serviço social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. 1.Ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

OLIVEIRA, Roberval P.; IRIART, Jorge A. B. Representações do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. *Psicologia em Estudo*, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 437-445, 2008. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pe/a/bXckhvpCwqMsKpwWLMDTm4M/?lang=pt>> Acesso em: 28 de outubro de 2021.

PINTO, Geraldo A. *A organização do Trabalho no século XX: Taylorismo, fordismo e Toyotismo*. 3. Ed. São Paulo: editora Expressão Popular, 2013.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafio frente às violações de seus direitos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 16 de setembro de 2021.

RIBEIRO, Andressa F. *Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*.

Lutas Sociais, São Paulo, vol.19 n.35, p.1-8, jul./dez, 2015. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/26678/pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2021

SIMIONATTO, Ivete. *Teoria Social Crítica E Serviço Social: Os 50 Anos Do Movimento De Reconceituação*. *Sociedade em Debate*, n. 22, p. 7-24, 2016.

SANTANA, Vilma. S.; OLIVEIRA, Roberval P. Saúde e trabalho na construção civil em uma área urbana do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 797-811, 2004.

VASCONCELOS, Ana. M. *A prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. 8.Ed.São Paulo: Cortez, 2009.